



GOVERNADOR GUAZZELLI: LIGAÇÃO IBICUI-JACUI INICIA NO MEU GOVERNO



Texto página 5

Nesta Edição:

Agrícola — Pecuária

Economia — Produção

Técnicas — Ambiente

História — Costumes

A MORTE DO ESCRITOR

De uma síncope, morreu na noite de 28 de novembro, o escritor Érico Veríssimo. O Brasil inteiro chorou sua morte. Os intelectuais, de Sul a Norte, manifestaram sua dor. Juntamente com o baiano Jorge Amado, ele foi o maior escritor brasileiro de renome internacional. Além de dona Mafalda, sua esposa e companheira de tantos anos, Érico deixou os filhos Luiz Fernando e Clarissa, seis netos e incontável número de amigos e admiradores. O Rio Grande do Sul está de luto pela perda de sua mais alta voz. No próximo dia 17 de dezembro ele completaria 70 anos. Há poucos meses reuniu sua família para uma visita de recordação a Cruz Alta, sua terra natal.

Ele conservou até os seus quase 70 anos, as recordações do menino "querido e calado", que apesar das andanças pelo mundo não esqueceu sua terra e sua gente. Estas ele retratou em quase toda sua obra fundamentada basicamente no conjunto de tipos e sociedades que constituem sua "Querência".

Pouco antes de lançar o primeiro volume de "Solo de Clarinete", obra autobiográfica, Érico dizia: "Depois de Solo de Clarinete, quero pagar uma dívida que tenho com as crianças: escrever um livro especial para elas. Depois, posso morrer tranquilo. 'Infelizmente, Érico não conseguiu concluir o segundo volume de suas memórias. Mas o que deixou, foi o bastante para ser eternamente lembrado."

Juntamente com Jorge Amado, ele formava a dupla de escritores brasileiros de maior renome internacional, com obras traduzidas e editadas em todos os continentes. A lista de prêmios e homenagens que recebeu é longa. Dentre estas, destaca-se o "Prêmio Juca Pato" e a indicação de seu nome para o "Prêmio Nobel de Literatura". Porém, o temperamento tímido e humilde com que enfrentou o sucesso de carreira, não permitiam a Érico adaptar-se às manifestações públicas. Levava tranquilamente o adjetivo de "arredio" a tais manifestações. Exatamente por esta característica forte de sua personalidade (extremamente modesto), Érico rejeitou sempre com veemência os convites para fazer parte da Academia Brasileira de Letras. O escritor preferia a poltrona de sua casa da rua Felipe de Oliveira, no bairro Petropolis, na qual reunia a família, os netos, os amigos e acolhia a todos os que por lá passavam.

A primeira obra de Érico, "Fantoches" (uma coletânea de contos), foi lançada em 1932 pela editora Globo, mas não chegou a alcançar sucesso junto ao grande público. "Clarissa" (1933), obra seguinte, foi que lhe deu o sucesso esperado. Sua projeção como escritor nacional aconteceu em 1935, com "Música ao Longe", que lhe deu o prêmio Machado de Assis conferido pela Academia Brasileira de Letras. Pouco depois, naquele mesmo ano, Érico confirmava sua consagração com o livro "Caminhos Cruzados".

Em 1938 lançou "Olhai Os Lírios do Campo", obra marcada pelo forte contexto social com que descreveu a luta de classes e injustiças sociais. Mas ainda neste mesmo ano, ele se dedicaria também à literatura infantil, escrevendo para SUAS CRIANÇAS: "Aventuras de Tibicuera"; "A Vida do Elefante Basílio"; "O Urso Com Música Na Barriga"; "Os Três Porquinhos Pobres"; e "Aventuras do Aviãozinho Vermelho". Em 1939 chocaria a sociedade provinciana com o realismo de "Um Lugar Ao Sol". A seguir, dedicou-se a obras didáticas, retornando a literatura, em 1940, com uma análise da Guerra Civil Espanhola. Neste ano aceitou o convite do Departamento de Estado dos Estados Unidos para uma viagem de observações por aquele país, da qual resultaram: "Viagem Através da Literatura Americana"; "Lições da Vida Americana"; e "Gato Preto em Campo de Neve", todas lançadas em 1941. De volta ao Brasil, lançou nova coletânea de contos intitulados "As Mãos de Meu Filho". Em 1943, lançou "O Resto É Silêncio", romance que marcaria nova fase na carreira do escritor, despertando grande polêmica: falava sobre a desagregação e decadência da elite rural.

Nos dois anos seguintes Érico viveria em San Francisco e Los Angeles, onde à convite da Universidade de Berkeley lecionou literatura, deu grande número de conferências e escreveu "A Volta do Gato Preto", obra descritiva do tempo em que lá passou. Em 1945, já no Brasil, iniciou a trilogia "O Tempo e o Vento"; "O Continente", concluindo em 49; "O Retrato", em 51; e "O Arquipélago", onze anos depois. Nesse interim, publicou "Noite", recentemente reeditado.

Em 1965, lança "O Senhor Embaixador", obra de contexto político-social que atinge não só o Rio Grande do Sul e Brasil, como toda a América Latina. Em 1967 escreve o "Prisioneiro", livro que retrata sob contexto universal a guerra do sudeste Asiático. Em 1971 surge o seu último romance: "Incidente em Antares", que obteve larga repercussão. Além destas, Érico ainda escreveu livros de viagens e outras obras de reminiscência.

Rua: José Hickembick, 66
Caixa Postal, 111
Ijuí - RS.
Inscr. 065/00070
Inscr. INCRA Nº 248/73

C.G.C. 90 726 506/001

ADMINISTRAÇÃO

Direção Executiva:

Presidente: Ruben Ilgenfritz da Silva.

Vice-Presidente: Arnaldo Oscar Drews.

Superintendente: Clóvis Adriano Farina.

Diretores: Alceu Carlos Hickembick e Euclides Casagrande.

Conselheiros efetivos:

Alberto Sabo, Amaury Marks, Alfredo Driemeyer, Carlos Krüger, Italvino Sperotto e Reinoldo Luiz Kommers.

Suplentes:

Elcides José Salomoni, Hugo Lino Costa Beber, Renaleto Fontana e Zeno Foletto.

Conselho Fiscal efetivos:

Herbert Hintz, José Cláudio Koehler e Jaci Luciano de Souza.

Suplentes:

Harri Reisdorfer, Flávio Carlos Sperotto, Emílio Uhde.

Armazéns:

Sede - Ijuí	98.000 T.
Santo Augusto	77.000 T.
Chiapetta	20.000 T.
Coronel Bicaco	20.000 T.
Tenente Portela	10.800 T.
Vila Jôia	20.000 T.
Rio Grande	220.000 T.
Augusto Pestana	30.000 T.
Ajuricaba	30.000 T.



COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigido ao quadro social. Nossa tiragem. 11.000 exemplares.



Associado da ABERJE
Associação Brasileira de Editores de Revistas e Jornais de Empresa

EXPECIENTE

Redação e Administração:

Rua José Hickembick, 66 Cx. Postal, 111 - Ijuí - RS.

Registrado no Cartório de Títulos e Documentos do município de Ijuí, sob nº 9.

Redator: Responsável -

- Raul Quevedo -

registro profissional no MTPS 1176 matrícula na SJPPA nº 550 sócio da Associação Riograndense de Imprensa nº 1571.

Colaboradores: Rui Polidoro Pinto, Rui Michel e Walter Frantz.

Composto no
"Jornal da Manhã" - Ijuí
e impresso em máquina rotativa
off-set no
"Diário Serrano" - Cruz Alta

EDITORIAIS

MINISTRO TEME A INFLAÇÃO

Falando aos participantes do Primeiro Encontro Nacional da Agropecuária, realizado em Brasília de 18 a 21 de novembro, o ministro da Agricultura, Alisson Paulinelli, declarou que a taxa acumulada de evolução dos preços dos produtos agrícolas, nos últimos doze meses, foi 25,9 por cento, em nível inferior, portanto a taxa média do aumento do índice geral de preços ao consumidor no País, que chegou a 30,1 por cento, segundo os dados oficiais.

Mesmo assim, o Ministro alertou para o perigo do que qualificou de "aumento continuado dos preços de produtos agrícolas e suas repercussões naturais em toda a economia".

No entender de sua excelência, o aumento de preços pode levar a uma involução no processo de desenvolvimento, tendo aí o Governo "a responsabilidade de remunerar bem o produtor sem transmitir maiores tensões no orçamento do consumidor". O Ministro reconhece que esses efeitos não são privilégio unicamente das elevações dos preços dos produtos agrícolas mas dos preços de todos os produtos transacionais no mercado interno, que somam um todo e motivam o aceleramento da inflação.

O Ministro enfatizou na mesma oportunidade que "devemos buscar uma política de redução de custos via aumento de produtividade", com o que poderemos "manter uma presença constante nos mercados tanto interno quanto externos, a preços competitivos".

Achamos que sua excelência tem razão. O aumento da rentabilidade em todos os setores de atividades deve dar-se através do aumento da respectiva produção. Aliás, nos os agricultores, estamos tentando a busca de soluções para nossos problemas, através dessa política de orientação.

Ocorre, infelizmente, que outros setores dos quais dependem os agricultores para produzir mais e melhor, não têm pautado suas participações na faixa do desenvolvimento brasileiro através da política auto-contensiva. O caso das máquinas e implementos agrícolas é característico.

Este jornal tem se ocupado do assunto. Desde sua edição nº 22, que circulou em agosto, através de artigos assinados pelo eng. agr. Nedy Rodrigues Borges, vimos alertando sobre os preços excessivos daqueles produtos. Na edição de setembro, sob o título Agricultura Oprimida, dedicamos um de nossos editoriais para os índices de inflação dos diversos produtos.

Ressaltava aquele editorial, baseado em dados estatísticos da Fundação Getúlio Vargas, que os preços dos produtos industrializados haviam subido (de setembro de 1974 a agosto de 1975) 28,8 por cento enquanto no mesmo período os produtos de origem agrícola subira somente 14,3 por cento.

Estamos divulgando em outro local desta edição proposição de um vereador porto-alegrense - o sr. Sady Scwerdt - que apresentou solicitação no sentido de ser oficiado à Presidência da República pedindo a atenção do Conselho Interministerial de Preços para o problema.

Pensamos, por isso mesmo, que o sr. ministro da Agricultura devia ter bem presente essa realidade, ao conchamar os agropecuaristas reunidos em Brasília a produzir mais barato. Aliás, o próprio sr. Alisson Paulinelli confessou "que a taxa acumulada de evolução dos preços agrícolas acusou nível inferior aos índices gerais" na computação global da inflação.

NA HORA E VEZ DO ALCOOL

A partir do momento que o preço do petróleo alcançou preços considerados proibitivos, notadamente para os países subdesenvolvidos, e que se conclui pela necessidade da adição de álcool à gasolina com fins carburantes, setores responsáveis pela economia nacional passaram a lamentar o fato de não termos nos apercebido antes, dessa necessidade.

Com a promulgação, agora, do Programa Nacional do Alcool, que segundo o ministro das Minas e Energias, Shigeaki Ueki, nos proporcionará uma economia de divisas da ordem de 500 milhões de dólares até 1980, o País passou a preparar-se para a grande tarefa de cultivar cana-de-açúcar e mandioca, produtos que passaram a ser olhados por outro enfoque econômico.

Para que se faça idéia da importância econômica prevista pelo Programa Nacional do Alcool, em face ao estancamento da evasão de divisas exigidas pelo petróleo, vamos acompanhar o crescimento dos índices globais (importação e custos) do óleo a partir de 1972. Partimos de um montante importado naquele ano que nos custou 507 milhões de dólares, para um bilhão e sete milhões em 1973. Em 1974 nossos gastos evoluíram para 3 bilhões e 321 milhões de dólares e as previsões para o corrente ano de 1975 antecipam que nossos gastos com o produto andarão em torno de 3,4 a 3,5 bilhões de dólares em divisas.

Considerando ser evidente a tendência de alta do petróleo, conforme ficou caracterizado no recente encontro dos membros da OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo), em Viena, na Áustria, os grandes produtores petrolíferos não estão em nada sensibilizados com os pedidos de contenção de preços por parte dos consumidores de óleo.

Dai, no nosso ver, a significação do Programa Nacional do Alcool. Aluzda conjuntura atual, seu alcance sócio-econômico atinge parâmetros de invulgar significação.

Em primeiro lugar, a medida assegura apreciável economia de divisas. Em segundo, convém notar que o mesmo virá contribuir inclusive para a redução de desigualdades regionais. Considerando que a produção de cana-de-açúcar ou a de mandioca, para o mesmo fim talvez não seja econômica na região centro-sul, por consequência do elevado preço da terra, resta a opção de atrasadas regiões do norte e do nordeste, e cujo clima é excepcional para aquelas culturas.

Na Amazônia Legal, ao longo da Transamazônica, onde inclusive já existe experiência a respeito feita pelo INCRA, existem grandes possibilidades para o êxito do programa do álcool.

A COTRIJUI, de sua parte, pretende contribuir com sua parcela para o sucesso do programa. Do projeto que está em fase de ultimização no Pará, proximidades de Altamira, em conjunto com o INCRA, a cana-de-açúcar - seu cultivo e sua industrialização - merece destaque especial. Outro produto enquadrado quimicamente no rol de formação do novo carburante, a mandioca, tem na região da Amazônia Legal o solo e o clima adequado a seu pleno desenvolvimento.

Realmente, conforme chamam a atenção personalidades chegadas ao setor econômico, é lamentável que não tenhamos nos advertido há mais tempo para a caminhada que passamos a ensaiar em direção à lavoura canavieira e até mesmo aos mandioca. Pois parece não restar nenhuma dúvida que chegou a hora e a vez do álcool.



FAO CONCLAMA MUNDO. MAIS ALIMENTOS

Uma das principais conclusões do documento de trabalho básico da conferência geral da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), reunida em Roma de 8 a 28 de novembro, conclamou todos os países em desenvolvimento "a fazerem um grande esforço para aumentar sua produção de alimentos, reduzir as desigualdades internas e proceder as mudanças estruturais e de organização necessárias para o fomento de seus campos e de suas populações".

O documento assinalou também que os países mais adiantados deverão aumentar o fluxo de assistência para a modernização da agricultura, apoiar os países em desenvolvimento a fim de que possam alcançar seus objetivos sociais e econômicos e ajudar a criar condições nacionais e internacionais para um aumento mais rápido de suas divisas reais com as exportações. A Conferência concordou por unanimidade de seus representantes (um total de 131 países presentes), "que existem em todo o mundo riquezas e potencialidades de produção e conhecimentos técnicos para solucionar todos os problemas; mas o que se necessita são decisões políticas para mobilizá-los e dirigi-los com maior interesse e honestidade para a justiça social no mundo em desenvolvimento".

Analisando o progresso do setor agrícola nos primeiros quatro anos deste decênio, o documento qualificou a situação atual de insatisfatória e desalentadora, ao lembrar "que a meta quantitativa fixada pelas Nações Unidas, que previa um aumento anual médio da produção agrícola em quatro por cento, e o percentual não foi alcançando em nenhuma área ou região do mundo".

No período em análise — afirma o documento da FAO — a produção aumentou apenas 1,8 por cento nos países em desenvolvimento e 2,1 por cento considerando a totalidade no mundo. Por outro lado, o incremento da produção agrícola nos países em desenvolvimento tem sido muito inferior ao aumento das populações, que chegou a 2,4 por cento ao ano, ressalta o trabalho.

A análise enfatiza que os resultados pequenos devem-se em grande parte a dificuldades de caráter mais ou menos crônicos e a uma política inadequada devendo-se considerar, também, a predominância de condições climatológicas desfavoráveis.

Por consequência dessa problemática — especialmente nos anos de 1972 a 1974 — a oferta de produtos agrícolas básicos modificou-se acentuadamente. Passou-se de uma situação mais ou menos tradicional de excedentes, para uma situação de escassez.

A convicção dos técnicos da FAO de que o mundo necessita acelerar a produção de alimentos básicos expressada no momento em que o organismo passa a ser dirigido por um novo diretor-geral, o engenheiro agrônomo Edouard Saouma, de nacionalidade libanesa, deve ser encarada como uma necessidade vital para a humanidade,

LIDERANÇA DOS EUA POSTA À PROVA

WASHINGTON — Falando em Nova Iorque a 18 de novembro, o ex-presidente Richard Nixon disse que "o espírito nacional do povo norte-americano está frouxo e desbotado". Disse que "os norte-americanos são tão cínicos, tão indiferentes que, por exemplo, uma invasão na Coreia ou na Tailândia não nos causa impressão".

O desabafo do ex-presidente foi feito numa entrevista à revista "Ladies-Home Journal". Segundo Richard Nixon, que foi deposto há cerca de dois anos da presidência por consequência do escândalo de Watergate, "o País está sofrendo as consequências da falta de liderança".

O jornalista James Reston, do "The New York Times", citando o "The Economist", de Londres, publicou um interessante artigo onde certa forma há acentuada semelhança de pontos-de-vista relativamente ao atual estatuto representativo dos Estados Unidos no mundo.

Sob o título "O destino dos EUA, Reston analisa seu País às vésperas do começo do terceiro século de vida política independente, concordando em muitos pontos com a crítica anteriormente exposta pelo "The Economist" inglês e antecipando-se ao "desabafo" do homem de Watergate,

Damos a seguir, na íntegra o artigo de James Reston:

"The Economist, de Londres, está preocupado com os Estados Unidos, o que é bastante justo, tendo em vista que os americanos se preocupam com a Grã-Bretanha, e com eles mesmos. Mas, ao se voltar para o Terceiro Século da América, esta revista moderada, pró-americana, se pergunta, melancolicamente, sobre a possibilidade de uma "recessão para o segundo grande império".

Vale a pena pensar nisto, no momento em que o presidente dos Estados Unidos fala sobre Nova Iorque, como se ela fosse um país estrangeiro e chora como um pregador Chautauqua, implorando que Nova Iorque se arrependa, e pergunta, no fim: "Quando chegar o dia da prestação de contas, quem será o fiador dos Estados Unidos?".

DOIS IMPÉRIOS

Os principais argumentos do The Economist são:

1. Os dois grandes impérios, que dominaram os dois primeiros

séculos de progresso industrial — os ingleses, 1776-1876, e os americanos, 1876-1976 — lideraram o mundo relativamente bem. Mas os americanos, diz ele, estão mostrando às vésperas do terceiro século "os mesmos sintomas de afastamento do dinamismo que os britânicos tiveram no fim de seu séculos, em 1876".

2. É possível, por conseguinte, que a liderança mundial passe a novas mãos, logo no princípio do século 1976-2076, e, nesta próxima era, "o mundo enfrentará algumas oportunidades extraordinárias e também alguns perigos bizarros".

3. A contribuição dos Estados Unidos, em seu terceiro século, dependerá, pensa The Economist, de como suas três principais instituições evolverão no ritmo, ou fora dele, dos tempos modernos. Estas três principais instituições são em ordem crescente de importância: suas empresas; seu governo e seus mecanismos de vida comum, isto é, o que ocupará o lugar na América da Igreja, família, espírito comunitário, e "a experiência, provavelmente fracassada, do subúrbio...".

Estas são os tipos de perguntas e o vôo de imaginação histórica que se poderia esperar de nossos líderes, às vésperas de uma eleição presidencial no ano de 200º aniversário dos Estados Unidos, mas, ao invés disto, o presidente e aqueles que poderão substituí-lo, estão perdidos em argumentos sobre emissão de títulos municipais. Ford talvez esteja certo, ou talvez errado, sobre Nova Iorque, mas, em sua preocupação com os detalhes das coisas que dividem os americanos, ele está se concentrando em Abe Beame e Ronald Reagan, esquecendo os séculos, condenando o mundo urbano que temos e sentindo saudade de um mundo agrário que já desapareceu.

O CASO

Quando os ingleses, diante da ascensão da Alemanha no primeiro quartel do século, estavam começando a mostrar alguma coisa daquela mesma nostalgia do passado e o que o The Economist chama de "o afastamento do dinamismo". H. G. Wells tentou, em frases contundentes, acordá-los para a realidade.

"Pelo menos os alemães são a favor de alguma coisa", escreveu ele. "Talvez seja brutal, estúpido, intolerável, mas lá está elaborada uma intenção definida, um plano de vida, uma ordem, uma Kultur germânica (tudo odioso)".

Mas, perguntou ele, "qual a posição dos ingleses — que defendem eles? Existe alguma coisa que represente uma vida intelectual em toda nossa confusão literária bestial? De ficção com estilo e ficção sem estilo, de história preguiçosa, filosofia popular, crítica efusiva?

"Existe alguma coisa aqui?" pergunta Wells, "que unifique o povo? Há alguma coisa para fazer um mundo novo? ... Vem a tempestade ... e tudo que temos a mostrar em termos de nosso pensamento, toda a segurança que construímos para nossas almas, foi uma chuva de pedaços de papéis, artigos casuais, voltejando no ar ..."

Os ingleses não deram atenção, então, e se o The Economist está perto a respeito do império e século americano, será difícil sustentar que os americanos estejam dando atenção agora, ou mesmo que o problema esteja sendo definido hoje pelos líderes da política, as universidades ou imprensa, tão precisa e eloquentemente quando Wells definiu em relação à Inglaterra, durante a I Guerra Mundial.

The Economist não vê a próxima era como a escuridão ou o ocaso dos dias americanos ou britânicos, mas como a luz de um novo dia.

As oportunidades do futuro sugere ele, "incluam provavelmente uma capacidade de elevar o padrão material de vida no século XXI mais ou menos onde os homens o desejam".

Está ao alcance da humanidade, diz The Economist, transformar seu produto mundial anual de 5 trilhões 500 bilhões de dólares, produzidos por 4 bilhões de pessoas, para alguma coisa da ordem, "durante a vida de jovens já adolescentes", de um produto bruto mundial de 100 a 350 trilhões de dólares, para uma população mundial de 10 a 30 bilhões.

Mas, muito depende, insiste The Economist, do fato de a América e seus líderes conservarem seu otimismo e reconhecerem "seu destino manifestado agora, relativamente fácil, de liderar o resto de nós para uma sociedade mundial decente", ou de eles se dividirem em torno de problemas estreitos do passado e, perderem-se, com líderes medíocres e provincianos, em disputas faccionais e regionais, urbanas e agrárias sobre o valor das obrigações municipais e políticos locais.

PÉSSIMO O ESTADO DA ESTRADA QUE LIGA IJUI A CRUZ ALTA



Estas fotos dispensam maiores comentários.



As rachaduras no asfalto aumentam até se transformarem em crateras.



A construção e asfaltamento da BR-158, Cruz Alta-Santa Maria-São Sepé-Caçapava do Sul - Santana da Boa Vista - Canguçu - Pelotas Rio Grande, cuja conclusão está na fase final, teve o mérito de desafogar o excessivo trânsito pela BR-285 (Uruguiana-Vacaria) até o entroncamento com a Estrada da Produção e daí até Porto Alegre de onde os caminhoneiros demandavam a Pelotas-Rio Grande, pela BR-116.

Inaugurada há dois anos, a Ijuí-Cruz Alta, atual RS-342, único ponto de acesso até a BR-185, já se encontra em precárias condições de tráfego.

No momento em que estamos dando início ao transporte de mais uma safra de trigo, cujo escoamento maior dá-se diretamente para Rio Grande ou Porto Alegre, através das BRs 185 e 290 (neste caso a partir de São Sepé) e quando igualmente precisamos trazer calcário para nossas lavouras de soja, o citado trecho da rodovia não oferece as mínimas condições. Nossa preocupação maior é saber se não haverá necessidade de voltarmos a fazer o percurso para Rio Grande via Porto Alegre. Se tal tiver de ocorrer, precisamente numa época em que os combustíveis estão a preços proibitivos, nossa produção chegará até o porto marítimo a preços ainda mais inflacionados.

Os problemas de escoamento iniciam no retorno obrigatório, para quem vem de Ijuí e dos municípios das regiões do Alto Uruguai e Missões (todo o Nordeste do estado), para entrar na RS-342, em direção a Cruz Alta. Além da falta de conservação (buracos, sinalização caída e rachaduras na pavimentação), o retorno não oferece as mínimas condições de segurança: apesar de beirar um barranco, não há proteção para os veículos. Um exemplo disso é o declive que se formou bem próximo ao barranco, que exige dos motoristas muita habilidade na direção para evitarem derrapagens e capotagens.

Além disso, o raio para o retorno por ser muito curto, forma curvas fechadas demais, principalmente, se observarmos que a grande maioria dos veículos que trafegam por ali, são do tipo "pesados". Para os veículos leves, já é necessário diminuir a marcha e "ir com cuidado" nas curvas. Para os pesados, principalmente os carregados, as dificuldades aumentam na mesma proporção que aumenta o perigo à carga e a vida dos motoristas.

Por isto muitos deles preferem entrar direto na RS-342 (na contra-mão) desrespeitando as leis de trânsito, que torna obrigatório o retorno para quem se dirige à Cruz Alta. Preferem correr o risco de uma "batida" ao de uma capotagem.

BURACOS

Na RS-342 predominam os buracos, rachaduras no asfalto e falta de sinalização, que demonstram a necessidade urgente de serviços de conservação ao longo de toda a rodovia. O que foi feito neste sentido, há pouco tempo, apenas amenizou, mas não solucionou o problema: os buracos permanecem, chegando a formar poças d'água nos dias de chuva e deixando a estrada a vários riscos. Numa rápida observação pode-se verificar um fato que está se tornando comum: os motoristas (na tentativa de fugir dos buracos maiores), passaram a trafegar no centro das duas pistas ou então na pista oposta à direita que seguem.

Considerando que veículos com semelhantes capacidade de peso trafegam tanto na RS-342, como na BR-285, chega-se à conclusão que a primeira não possui as condições exigidas para o transporte de carga pesada, se constituindo apenas numa rodovia para veículos leves. Enquanto ela apresenta buracos e profundas rachaduras nas pistas de rolamento, a BR-285 dá perfeitas condições de tráfego. Podendo-se verificar também, a necessidade urgente de uma total reforma da estrada.

Governador Sinval Guazzelli:

IBICUI-JACUI COMEÇA NO MEU GOVERNO

Durante audiência concedida ao coordenador do Projeto Cotrijui-Norte, economista Edgar Irio Simm, a 10 de novembro último, a qual também participou o redator-responsável do COTRIJORNAL, o governador do Estado, sr. Sinval Guazzelli, afirmou que fará tudo o que estiver no seu alcance para que as obras de ligação Ibicui-Jacui sejam iniciadas no decorrer de sua gestão a frente do Executivo no Rio Grande do Sul.

Afirmou o governador que a obra de ligação das bacias do Ibicui e Jacui, pela sua significação geográfica e conotação sócio-econômica, interligando todos os nossos sistemas hídricos — sejam hidroviários, lacustres e marítimos — precisa ser encarada a partir de um enfoque global realista. Principalmente agora, quando os combustíveis alcançam preços de escala altamente inflacionária.

Conforme foi noticiado na oportunidade,

o governador Sinval Guazzelli determinou em meados de outubro a formação de comissão especial para tratar da ligação dos referidos sistemas fluviais. A comissão, já em pleno funcionamento, é constituída pelos secretários dos Transportes, Interior, Agricultura e Planejamento. Essa comissão, que trabalha em harmonia com o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado, buscará o assessoramento de autoridades e técnicos federais chegados ao setor hidroviário, para o melhor desempenho de suas tarefas.

Na audiência concedida pelo governador Guazzelli na qual recebeu os funcionários da COTRIJUI, sua excelência foi informada do andamento das demarches a respeito do Projeto Cotrijui-Norte, cujos detalhes foram expostos por seu coordenador, o ex-secretário da Agricultura, Edgar Irio Simm.

Ao viajar a Brasília, o governador Sinval Guazzelli levou na pauta dos vários assuntos tratados com as autoridades federais, a importante ligação hidroviária.

Ao despachar com o chefe da Casa Civil da Presidência, ministro Golbery do Couto e Silva, na manhã do dia 18, o governador gaúcho fez extensa exposição da obra, analisando a conveniência e mesmo necessidade urgente da obra para o estado do Rio Grande do Sul. Na mesma oportunidade o governador comunicou a criação da comissão, constituída de secretários de Estado, que tem a finalidade de apresentar subsídios às autoridades federais com vistas ao apressamento do início das obras, que sua excelência pretende ver iniciadas ainda no decorrer de seu Governo.

DEPOIMENTO DO MINISTRO CLÓVIS PESTANA

Dentre os conferencistas participantes do I Congresso Brasileiro de Ligação Ibicui-Jacui, realizado na cidade de Itaquí, no ano de 1962, promovido pelo Rotary Clube local, destacou-se o sr. Clóvis Pestana, ex-ministro da Viação e Obras Públicas nos governos dos presidentes Dutra e Jânio Quadros e, então, deputado federal.

O COTRIJORNAL ouviu-o em Porto Alegre, tendo em vista o prosseguimento do assunto que levantou, relativamente à construção das bacias Ibicui-Jacui.

O sr. Clóvis Pestana (atualmente ministro do Tribunal de Contas da União), filho do saudoso engenheiro Augusto Pestana, a quem esta região e, principalmente Ijuí, tanto devem, começou sua vida pública como engenheiro contratado pela Prefeitura de Porto Alegre, sendo depois diretor da Viação da mesma. Posteriormente foi fundador, primeiro diretor-técnico e diretor geral do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER); prefeito de Porto Alegre, secretário de Viação e Obras Públicas no Governo do sr. Cilon Rosa; ministro de Viação e Obras Públicas, por quatro anos, no Governo do marechal Eurico Gaspar Dutra; deputado federal por cinco legislaturas, sendo sempre relator na Comissão de Orçamento de vários setores do Ministério de Viação e Obras Públicas; novamente ministro de Viação e Obras Públicas durante o efêmero Governo do sr. Jânio Quadros e finalmente ministro do Tribunal de Contas, cargo no qual aposentou-se. É autor do livro Problemas Brasileiros, em segunda edição.

Na foto, dos arquivos do economista Olímpio Tabajara, gentilmente cedida ao COTRIJORNAL, o ministro Clóvis Pestana no plenário do Congresso de Itaquí, oportunidade em que apresentava sua tese pró Ibicui-Jacui. O texto na página seguinte foi escrito pelo próprio Ministro, em atenção a pedido do redator.



Ministro Clóvis Pestana:

LIGAÇÃO IBICUI-JACUI DEVE TER PRIORIDADE ABSOLUTA

Em discurso que pronunciei na Câmara dos Deputados em 15 de fevereiro de 1966, tratei exaustivamente do planejamento regional global das bacias hidrográficas sul-americanas e concluí afirmando que a ligação Ibicui-Jacui devia ter prioridade absoluta por razões de ordem técnica, econômica, social e política.

ASPECTO TÉCNICO

De todas as ligações das bacias hidrográficas sul-americanas, a do Ibicui-Jacui é a mais fácil, a que exige obras de engenharia de menor vulto, em virtude de ser pequeno o desnível entre as duas bacias, podendo o divisor de águas ser transposto com facilidade, além de serem muito favoráveis as condições do relevo do solo e do seu tipo geológico, em grande parte de natureza sedimentar e aluvional.

Logo depois de ter assumido o cargo de Ministro de Viação e Obras Públicas do governo do Presidente Dutra, consultei o então Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais (o atual Portos e Vias Navegáveis) sobre a existência de estudos relativamente à ligação dessas duas bacias. O seu ilustre diretor-geral me informou que não havia estudo algum, nem sequer um simples reconhecimento da região. E mais desolado fiquei ao saber que também quanto a escolha dos locais mais indicados para a construção de barra-

gens no trecho inferior do rio Jacui, a fim de permitir a sua navegação regular mesmo nos períodos de maior estiagem, não havia estudo algum.

Fiquei apavorado com a idéia do tempo que teria de perder se fosse esperar que esses estudos fossem feitos.

E sabendo, como técnico, que o local onde há afloramento de rocha é sempre o mais indicado para a construção de barragens por não existir fundações muito dispendiosas e como eu conhecia bem a corredeira denominada Cachoeira do Fandango no rio Jacui, defronte à cidade de Cachoeira do Sul, dei ordem ao Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais que abrisse, imediatamente, concorrência para apresentação de projeto e de proposta de construção para a ponte-barragem com eclusa, na corredeira do Fandango, cujas obras foram contratadas e iniciadas no governo do Presidente Dutra e concluídas posteriormente.

Foi assim que tiveram início, na realidade, as obras de melhoramento do rio Jacui, indispensáveis à ligação das duas referidas bacias hidrográficas. O governo do Presidente Ernesto Geisel está providenciando a construção das barragens do Anel de Dom Marco e de Amarópolis além do derrocamento do trecho mais a jusante.

É indispensável, porém, completar o projeto da transposição do divisor de águas das duas bacias e os estudos em to-

do o percurso fluvial desde Porto Alegre até a Barra do Quaraí.

Constata-se, assim, que sobre o ponto de vista técnico, a ligação das bacias Ibicui-Jacui é uma idéia em marcha.

ASPECTO ECONÔMICO

Sob o ponto de vista econômico deve-se destacar, em primeiro lugar, o valor da produção agro-pastoril e industrial das regiões beneficiadas pela ligação Ibicui-Jacui, indiscutivelmente muito superior ao de qualquer outras das bacias hidrográficas sul-americanas.

Além disso cumpre destacar a repercussão dessas obras nos outros setores econômicos, como produção de energia elétrica, possibilidades de irrigação, recuperação de banhados para a exploração agro-pastoril, com a construção de polders, além das facilidades imensas de transporte fluvial.

Há quem afirme que o transporte rodoviário com a sua principal característica de evitar mais de dois serviços de carga e descarga, proporcionando o intercâmbio direto, de porta a porta entre produtor e consumidor, é em muitos casos o mais conveniente por evitar extravios de perda de tempo.

Ninguém pode negar que se constata um verdadeiro ressurgimento da navegação interior do mundo inteiro. Dois fatos resultantes de progressos técnicos recentes vem contribuindo para isso. O primeiro se refere aos avanços da técnica na modernização dos serviços de carga e descarga. Hoje o serviço manual de estivadores é reduzidíssimo.

Tudo está sendo mecanizado. Na movimentação de cereais o saco foi abandonado. A carga e a descarga é feita a granel em barcos, em geral chatas, apropriadas para esse fim. O segundo fator de barateamento do transporte fluvial consiste no emprego de comboios constituídos por várias chatas, uma atrás da outra, empurradas por uma embarcação motora tipo rebocador. Na minha permanência de quatro meses nos Estados Unidos tive oportunidade de observar o emprego desses comboios nos rios Mississippi e Missouri, com altíssimos rendimentos.

Ninguém mais discute a superioridade do transporte por água, principalmente para os produtos de baixa densidade econômica como minérios, adubos, cal ou pedra calcária moída, indispensável para diminuir a acidez dos solos e portanto aumentar a sua produtividade.

E não nos esqueçamos que a ligação Ibicui-Jacui é parte das ligações fluviais de Porto Alegre com Montevideu, Buenos Aires e Corumbá. Uma das benéficas consequências econômicas dessas ligações seria permitir, com reduzidíssimos custos de transporte o intercâmbio entre Açores Finos Piratini, localizada na margem do rio Jacui e as minas de minério de ferro e de manganês de Urucum, perto de Corumbá. As embarcações que trouxessem esses minérios levariam carvão mineral para substituir o carvão vegetal utilizado nas usinas siderúrgicas de Corumbá, que cada vez se torna mais caro como o inevitável des-

matamento e a necessidade de reflorestamento.

Dessa sucinta exposição ressalta a evidente necessidade, por imperiosas razões de ordem econômica, da ligação Ibicui-Jacui.

ASPECTO SOCIAL

O desemprego, o sub-emprego, com o agravamento da pobreza e da miséria, além do êxodo das populações rurais para os centros urbanos constituem problemas sociais alarmantes. É o grande drama da sociedade moderna em que as desigualdades sociais entre classes e entre regiões se tornam cada vez maiores.

O desenvolvimento das atividades agro-pastoris e industriais provocado pela execução das obras da ligação Ibicui-Jacui representará uma contribuição valiosíssima para a solução dos problemas sociais de uma região importantíssima do nosso Estado com alta repercussão nacional e continental.

ASPECTO POLÍTICO

O desenvolvimento do pan-americanismo, fortalecendo os sentimentos de cooperação e solidariedade entre os povos deste continente depende, principalmente, da movimentação de pessoas e de bens. O aumento do intercâmbio comercial e social é fator de grande relevância na aproximação dos povos.

Por todas essas razões a ligação das bacias hidrográficas do Ibicui-Jacui tem o mais alto sentido nacional e continental.

CAMPANHA VISA O MELHOR USO DOS DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

A Secretaria da Agricultura está lançando campanha no sentido de conscientizar o povo, principalmente os agricultores, para o uso adequado dos fertilizantes e defensivos agrícolas, no Rio Grande do Sul.

Numa primeira etapa, a campanha tem em vista a bacia do rio Jacui, onde está concentrado o grosso da produção agrícola no Estado.

A bacia do rio Jacui, que compreende 82 municípios, com área total aproximada de 84 mil quilômetros quadrados, representa cerca de 30 por cento da área total do território gaúcho. Dentro dessa área territorial, conforme as estatísticas, está a maior parte das terras agricultáveis do Estado, que consomem as maiores quantidades de defensivos agrícolas.

Por considerar que o rio Jacui, cujas águas são captadas, para o abastecimento de Porto Alegre, naturalmente com percentuais elevados de venenos oriundos da lavagem das lavouras dedetizadas, a campanha da Secretaria tem em vista a racionalização do uso dos defensivos a curto prazo.

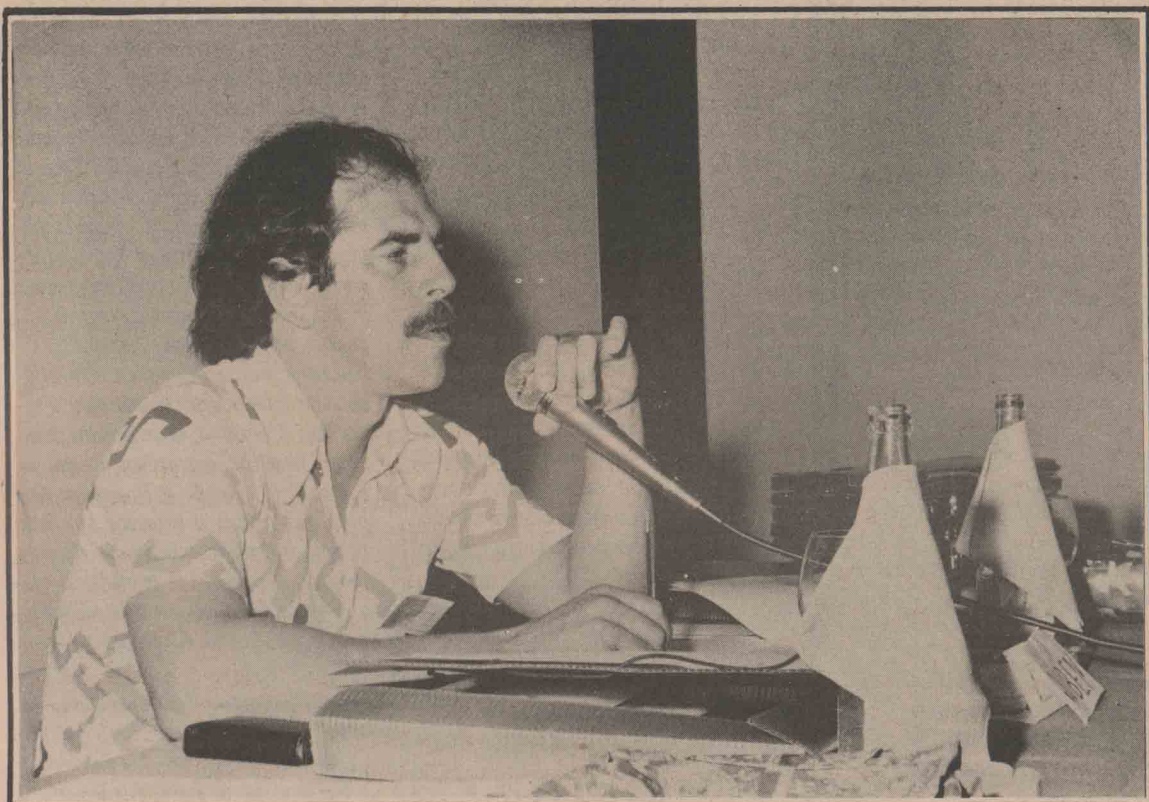
Segundo manual distribuído por aquela entidade, a campanha terá os se-

guintes objetivos: "motivar e conscientizar o setor agropecuário sobre a importância das medidas de proteção do meio-ambiente contra o uso indiscriminado dos defensivos agrícolas, visando, sobretudo, a proteção da saúde dos operadores com defensivos, às populações agrícolas, a pecuária, a flora, a fauna e o consumidor. Incentivar os métodos de controle de fitopa-

rasitas que incidem em lavouras e em animais econômicos, através da correta utilização das técnicas recomendadas".

A campanha será programada e executada por equipes denominadas "Comandos", cuja estrutura está em consonância com o esquema funcional da Secretaria da Agricultura, segundo promessa do citado manual.

CONGRESSO DE AGRONOMIA E OS ADIDOS AGRÍCOLAS



Ruben Ilgenfritz da Silva, um dos palestrantes do IX Congresso Brasileiro de Agronomia, em Salvador (Bahia), de 27 a 31 de outubro.

O diretor-presidente da COTRIJUI, eng. agr. Ruben Ilgenfritz da Silva, participou, como convidado, do 9º Congresso Brasileiro de Agronomia, realizado entre 27 e 31 de outubro, em Salvador, na Bahia. O líder cooperativista gaúcho discorreu em sua palestra sobre o tema "Política de comercialização de produtos agrícolas", tendo analisado essa importante setorial econômica por diversos e interessantes ângulos.

No decorrer de sua palestra, Ruben Ilgenfritz da Silva focalizou ainda a importância da designação de técnicos para o cargo de adidos agrícolas brasileiros no exterior, com o que teremos condições de competir em termos de informações a nível de comércio

e também no que se refere a tecnologia. A sugestão, apresentada ao plenário do 9º Congresso Brasileiro de Agronomia na forma de proposição, recebeu o aplauso unânime dos congressistas.

Outro importante assunto focalizado por Ruben Ilgenfritz da Silva, a margem de sua palestra, foi a ligação Ibicui-Jacui. O presidente da COTRIJUI justificou a plena viabilidade da obra, segundo levantamentos de engenharia já elaborados.

Além de Ruben Ilgenfritz da Silva, foram palestrantes do 9º Congresso Agrônomo o ministro da Agricultura, eng. agr. Alisson Paulinelli; o ministro do Interior, Maurício Rangel Reis; o ex-ministro da Agricultura, eng.

agr. Luiz Fernando Cirne Lima; o presidente do Banco do Brasil, Ângelo Calmon de Sá; o presidente da Cooperativa de Cotia, Gervásio Ione e o eng. agr. John Gíbler.

Compareceram ao importante conclave na Bahia mais de 500 engenheiros agrônomos e 400 estudantes de agronomia das diversas faculdades brasileiras. A delegação do Rio Grande do Sul era constituída de 45 agrônomos, dentre estes o eng. agr. José Lauro Quadros, ex-presidente da Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul e que foi eleito presidente da Federação das Associações de Engenheiros-Agrônomos do Brasil — FAEB, cuja sede nesta gestão deverá ser em Porto Alegre.

PRODUÇÃO AÇUCAREIRA CRESCER NO AMAZONAS

O projeto agroindustrial Canavieiro Abraham Lincoln, implantado pelo INCRA ao longo da Transamazônica (Km 92 no trecho Altamira Itaituba), nas proximidades do futuro Projeto Cotrijui/Norte, encerrou sua safra industrial com uma produção de um milhão e 800 mil litros de álcool e 25 mil sacas de açúcar.

O encerramento das atividades industriais da fábrica contou com a presença do presidente do INCRA, sr. Lourenço Vieira da Silva, que anunciou na oportunidade que até 1978 a usina atingirá a meta anteriormente fixada para 1980, cuja produção será 3 milhões e 700 mil litros de álcool e 500 mil sacas de açúcar.

Empresários brasileiros, du-

rante visita recente à região, afirmaram que a Amazônia não sómente pode produzir todo o álcool carburante que o Brasil precisa — três bilhões de litros — nesta primeira fase de substituição da gasolina como toda a quantidade que o País necessitará no futuro.

Aproveitando sua estada na Amazônia, o presidente do INCRA promoveu a entrega de 400 títulos de propriedades rurais e a colonos da agropólise Brasil Novo, situada nas proximidades de Altamira. Na ocasião, o dirigente do INCRA anunciou que até o final deste ano será completada a entrega de 7.000 títulos de propriedade na região e mais 35 mil em todo o País, somente no ano de 1975.

CIRCULANDO O "COOJORNAL"

A Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre — COOJORNAL — criada a 23 de agosto de 1974, já está editando o seu próprio jornal. Trata-se, conforme o próprio veículo ressaltado no logotipo da primeira edição, de um ensaio para o lançamento em breve do jornal definitivo, que será um semanário analítico e interpretativo.

O "Coojornal", um tablóide de 8 páginas que circula quinzenalmente nesta primeira fase, com noticiário variado e ameno, tem como editor responsável o jornalista Elmar Bones da Costa. O jornal, que tem tudo para ser um excelente veículo de comunicação apresenta uma curiosidade especial: possui o mais extenso e variado expediente do mundo. Sua redação e setores de arte, contam com um total de 198 colaboradores, ou seja, a totalidade dos associados da cooperativa.

PRESIDENTE DA COTRIJUI HOMEM MARKETING 1975

A Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB), Seção de Porto Alegre, indicou o presidente da COTRIJUI, eng. agr. Ruben Ilgenfritz da Silva, Homem de Marketing de 1975.

A solenidade oficial de entrega do prêmio ocorrerá a 15 de corrente, às 20 horas, no auditório da Assembléia Legislativa.

A ADVB, ao tornar pública a decisão de seu Conselho Superior, distribuiu o seguinte comunicado através de sua assessoria de imprensa, que recebeu destaque da imprensa gaúcha, principalmente a de Porto Alegre:

"O diretor-presidente da COTRIJUI (Cooperativa Regional Triticola Serrana Ltda de Ijuí), Ruben Ilgenfritz da Silva, foi escolhido o Homem de Marketing do Rio Grande do Sul para 1975, pela sua contribuição ao progresso da comercialização do setor primário no Brasil. O prêmio, que é concedido todos os anos, desde 1969, e visa a destacar a instituição e o homem pela sua inovação em marketing, teve como júri uma comissão especial integrada por membros da Diretoria da ADVB-PA (Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil, seção Porto Alegre), promotora do evento e premiados dos anos anteriores.

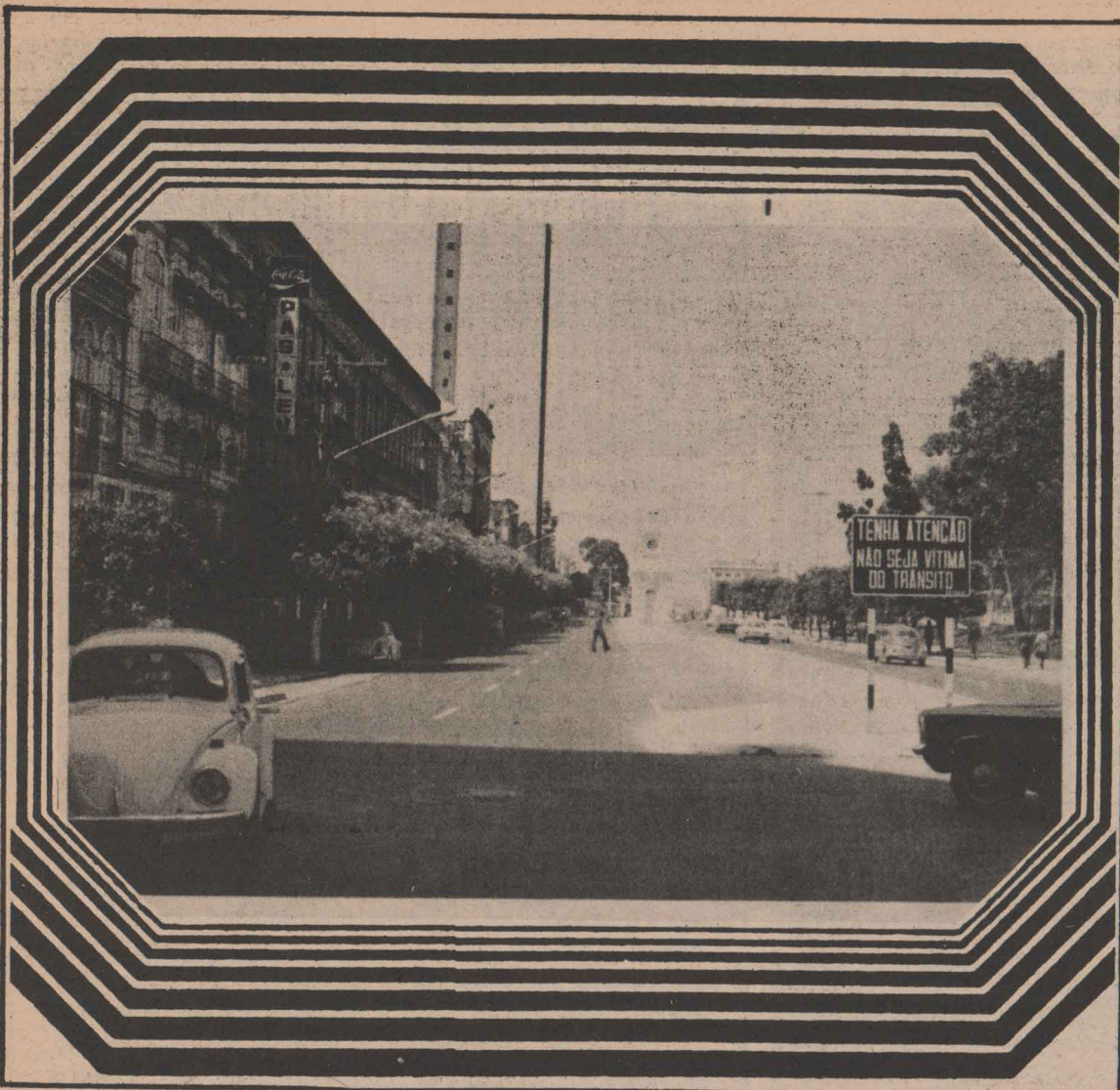
As razões apontadas para a escolha, que pela primeira vez recaiu num dirigente de cooperativa, foram basicamente o sucesso que vem obtendo na comercialização de sua produção especialmente a soja, resultado da criação de uma infra-estrutura de armazenamento e escoamento (terminal marítimo de Rio Grande e graneleiros na zona de produção) e de uma empresa exportadora de cereais (Cotriexport), para agilizar os processos burocráticos e o sistema de informações de mercado bem como a contribuição técnica que vem dando aos associados, através de mais de 50 técnicos rurais e profissionais de nível Superior. O prêmio será entregue na Assembléia Legislativa, no próximo dia 15 de dezembro.

Ruben Silva começou a trabalhar na COTRIJUI em 1965, como primeiro engenheiro-agrônomo da entidade, responsável pelo setor de produção de sementes. No ano seguinte foi eleito vice-presidente e desde 1972 ocupa a função de presidente. É diretor ainda da organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul e vice-diretor da Fundação de Integração e Desenvolvimento do Noroeste do RGS (Fidene).

A COTRIJUI estende sua área de ação a 16 municípios da região Noroeste do Estado. Seu corpo social tem apresentado nos últimos anos um crescimento de 20 por cento ao ano, possuindo atualmente mais de 11 mil associados. Setenta e nove por cento são pequenos produtores (até 50 hectares de terra); 14 por cento médios (entre 51 a 150 hectares) e apenas 7 por cento grandes (área superior a 150 hectares). Seu capital social é de 30,09 milhões de cruzeiros e a capacidade instalada de armazenagem soma 605.800 toneladas.

A cooperativa mantém distribuídos estrategicamente em toda sua área de ação lojas e supermercados, onde os associados podem se abastecer de gêneros alimentícios, tecidos, armários, calçados, bijuterias, insumos para lavouras, peças e implementos. Recebe e comercializa aproximadamente 70 por cento da produção de sua área de ação, mantendo duas modalidades de comercialização junto ao cooperado: preço médio que é a entrega do produto com direito a adiantamento e reajuste no final da safra; depósito, e quando o associado entrega o produto como depósito, sem direito a adiantamentos, podendo comercializá-lo em qualquer tempo com a própria cooperativa ou com terceiros.

A COTRIJUI tem, além disso, uma fábrica de óleo em Ijuí, desde 1962, e está construindo outra em Rio Grande, que deverá começar a operar em março do próximo ano, com uma capacidade inicial de mil toneladas de soja por dia. Possui ainda uma fábrica de rações em Ijuí. Participa, também de sociedades não cooperativas: a Cotriexport e Aero Agrícola Cotrijui (destinada a colaborar no combate às pragas). Seu terminal marítimo em Rio Grande é responsável pelo escoamento de 80 por cento do trigo e soja do Estado. E edita mensalmente o COTRIJORNAL, que serve de veículo de informação a todos os associados sobre as atividades da cooperativa e sobre as modernas técnicas de produção e comercialização.



Vista de Manaus, na calmaria de manhã de domingo.

AMAZONAS, CAPITAL MANAUS



Turistas americanos na paisagem dos igarapés.

AMANAN-SU-ONA (rio da chuva e da caça), ICA-A-IUNA (rio das matas baixas e das águas negras), no linguajar indígena. Amazonas, Negro, Tapajós, Solimões, Xingu, São Francisco, Araguaia, Tocantins. É rica e sonora a linguagem da toponímia hidroviária Brasileira.

São rios de nomes bonitos e cursos caudalosos que cortam a mata virgem em todas as direções, transformando o verde-escuro da selva bruta num tabuleiro irregular. Sobrevoar a Amazônia é tomar contato visual com o maior sistema hídrico talvez do mundo.

Esta reportagem fala de Manaus, a hoje movimentada capital do Amazonas. A Zona Franca transformou a pacata capital amazonense dos anos 60 (desde o fim do chamado império da borracha a cidade estava praticamente parada) numa pequena metrópole de movimento constante e um comércio sofisticado que atrai compradores de todo o País.

O turismo é intenso. Brasileiros e estrangeiros afluem em grandes números a Manaus, trans-

formando o aeroporto internacional Ponta Pelada quase tão movimentado como o Congonhas ou Galeão. Os brasileiros vão a Manaus em busca de compras a preços convidativos na Zona Franca, mas os estrangeiros vão fazer turismo típico.

Há o espetáculo do encontro das águas do rio Negro com o Solimões. Há a lenda do boto (peixe com cara de gente, que os caboclos dizem ser sagrado) e das iaras ou sereias, rainhas das águas que encantam os barqueiros solitários dos rios da região. Tem a arquitetura em estilo europeu do tempo da borracha (o espetacular Teatro Amazonas é dessa época. Reformado recentemente, é dos mais luxuosos do mundo), cachoeiras, igarapés, clubes, o folclore, a cozinha típica e hotéis de boa categoria. A comida é exótica. A mixira, o sarapatel, paicá; molhos estranhos como o tucupí, o arubé e ingredientes picantes como o murupi, podem acompanhar pratos a base de pirarucu, tucunaré e tambaqui ou outros peixes da rica variedade que abunda no Amazonas e rio Negro.

O AMERICANO TRANQUILO

O americano tranquilo existe. Ele vive em Manaus sob um gigantesco chapéu de palha que cobre área de mil metros quadrados.

Chama-se Tom Morrissey. Natural do sul da América, está há vinte anos no Brasil com sua mulher Edna.

Quem for a Manaus não deve deixar de visitá-los, pois "Mr. Tom and Mrs. Edna" estarão prontos a recebê-los. Fica na rua Fortaleza, bairro Adrianópolis. Mas se esquecer o endereço basta pedir a qualquer motorista de táxi para deixá-lo no restaurante Chapéu de Palha. Lá você vai comer bem. E se for num dia calmo, isto é, de pequeno movimento,

você ainda pode manter uma boa palestra com Tom.

Ele insiste em dizer que o Brasil é o melhor País do mundo. Falando pausadamente, num português já bastante aceitável, gosta de repetir que "há cinco anos ele achava que o Brasil seria o maior país do mundo nos dez anos seguintes. Hoje, ele acha que o Brasil será o maior país do mundo nos próximos cinco anos", o que dá na mesma.

Para ele, Manaus pode ser a Florida e a California reunidas. Excelente clima, imensas potencialidades para um futuro promissor, com aculturação perfeita sem nenhum problema imediato ou futuro de ordem racial ou religiosa.





À margem da Transamazônica, o vice-presidente da COTRIJUI reúne um grupo na tentativa de abraçar uma árvore de grande porte.



Miséria nos arredores de Manaus: as palafitas.



Os conselheiros Alfredo Driemeyer e Zeno Foletto posam ao lado de uma bergamoteira.



Indócil, o tucunaré salta para dentro da piroga.

PALAFITAS, VITÓRIA-RÉGIA, TUCUNARÉ E COBRA GRANDE

Um só país; uma só língua, porém com variáveis bem acentuadas, para caracterizar o próprio gigantismo nacional. Essas variáveis manifestam-se mais acentuadamente no clima e usos e costumes — hábitos alimentares e de higiene — pois este país é tão extenso que quase se poderia dizer que vai do cone formado pelo Polo Sul até a linha do Equador.

Conforme notificamos na edição anterior, apresentamos nesta mais alguns flagrantes expressivos do Pará e Amazonas, proximidades de Altamira e Manaus, respectivamente, fotografados durante a viagem de diretores e conselheiros da cooperativa na primeira quinzena de outubro.

A região de Manaus, apesar da Zona Franca e do progresso que por consequência se estabeleceu lá, continua a ser o cenário típico de um Brasil que temos presente na memória através dos versos de Gonçalves Dias e da prosa de José de Alencar. A cada margem de rio — e os rios são imensos e de nomes poéticos: Amazonas, Negro, Solimões, Tocantins — ou curva de igarapé, têm-se o pressentimento que a piroga vai ser atacada pela cobra grande, para usar uma linguagem característica dos nativos.

Rios-mar, árvores de porte, vitória-régia, peixes em tal abundância que chegam a saltar para dentro das pirogas dos turistas e em variedades que se identificam por tucunaré, tambaqui, pirarucu. As fotos contam a história melhor do que as palavras.



Diretor da CTRIN, Humberto Garófalo, mede o couro de uma sucuri.



A vitória-régia é o colorido dos igarapés.

SANEAMENTO E SAÚDE NA TRANSAMAZÔNICA

O médico Solon Gonçalves da Silva, ijuiense, ex-prefeito de Ijuí, ex-secretário da Saúde do Estado, médico conceituado há tempos residindo em Porto Alegre, acompanhou a caravana de diretores, conselheiros e técnicos da COTRIJUI que esteve em outubro visitando a área do futuro projeto da cooperativa, em Altamira, no Pará.

O trabalho que apresentamos a seguir é parte do relatório feito pelo dr. Solon Gonçalves da Silva, fornecido ao COTRIJORNAL.

Conheci a Amazônia em sua grandiosidade. Outros escreverão sobre o que nossos olhos viram. Nosso objetivo específico foi ver, ouvir e observar. Recolher dados sobre o que existe atualmente em termos de apoio assistencial na área da saúde, basicamente de fundamental importância para o projeto INCRA-COTRIJUI.

Iniciamos dizendo que todo o serviço de saúde na área de colonização da Transamazônica, especialmente no trecho Altamira-Itaituba é coordenado, supervisionado e executado, pelo pessoal da Fundação Serviços de Saúde Pública, órgão federal de administração indireta, vinculado ao Ministério da Saúde.

BREVE RESUMO HISTÓRICO E DE SUAS FINALIDADES

O Serviço Especial de Saúde Pública foi criado pelo decreto-lei 4.275 de 12/04/1942, pelo Presidente Getúlio Vargas, em regime de cooperação com o Instituto "of Inter-American affairs of the United States of América" e visava inicialmente:

1. O saneamento do Vale do Amazonas, especialmente a profilaxia e os estudos de malária e a assistência médico-sanitária aos trabalhadores ligados ao desenvolvimento econômico da região;

2. O preparo e treinamento de profissionais para trabalhos de saúde pública;

3. Outras atividades para a solução de problemas de saúde. Pela lei, 3.705, de 11/04/1960, no Governo de Juscelino Kubitschek, foi transformada em Fundação, tendo como objetivos relevantes:

"a — organizar e operar serviços de saúde pública e assistência médico-hospitalar nas áreas do território nacional onde se desenvolvem ou venham a se desenvolver programas de valorização econômica, sempre que tais serviços não constem dos órgãos federais específicos;

b — Estudar, projetar e executar empreendimentos relativos à construção, ampliação ou me-

lhoria de serviços de abastecimento d'água e sistema de esgotos, sempre que não constem dos programas de órgãos federais específicos; desenvolver um programa de educação sanitária nas localidades onde mantiver unidades sanitárias".

Os demais itens até a letra "L" definem atividades diferenciadas, como pesquisas, inquéritos, formação e treinamento de pessoal, desenvolvimento de programas em regime de cooperação com Estados, Territórios, Municípios, etc., visando a solução de problemas de saúde pública.

Conhecemos o pessoal da Fundação SESP desde o tempo em que exercemos a função de diretor-geral e, interinamente, a de Secretário da Saúde do RGS, no período 69-71. Tivemos oportunidade de participar ativamente na elaboração e lavratura do importante convênio do Estado com a Fundação, que carrega altos benefícios para a saúde pública gaúcha. Dentre eles citamos: a renovação do convênio para manutenção da Unidade de Planejamento; o convênio que reduziu a criação da importante Unidade de Vigilância e Controle Epidemiológico do Rio Grande do Sul e do convênio para execução da campanha de erradicação da varíola.

Dos contatos que mantivemos com os altos escalões da Fundação SESP, verificamos a dedicação que os técnicos do órgão devotam ao exercício de suas atividades. Acentua-se que trabalham todos em regime de dedicação exclusiva, isto é, impedidos de exercer qualquer outra atividade.

Eis uma análise miniaturizada do órgão responsável pela cobertura médico-sanitária da região em fase de colonização.

O QUE VIMOS, OUVIMOS, OBSERVAMOS E ANOTAMOS EM FORMA DE APOIO ASSISTENCIAL

O Gráfico dá uma idéia de como se concentram as popula-

ções e onde se situam as diversas unidades de trabalho.

O horário normal de atendimento é desdobrado em dois períodos: das 7,30 às 11,30 e das 13,30 às 17,30 hs. As emergências, qualquer hora do dia ou da noite.

As unidades das agrovilas são atendidas por uma visitadora sanitária habilitada para orientar, educar, acompanhar e encaminhar os casos na sua área de ação. Está habilitada para atendimentos simples, podendo até atender partos normais, na impossibilidade de uma remoção a tempo. Exerce, assim, atividades preventivas e curativas.

O médico da agrópolis visita, em dias e horas apazados, a unidade da agrovila, prestando atendimento local. Do mesmo modo, o auxiliar de saneamento faz as suas visitas semanais de rotina, verificando as condições do saneamento ambiental. Equipes treinadas, como tivemos ocasião de verificar em dois locais, percorrem constantemente a área, recolhendo insetos, especialmente mosquitos, para identificação de possíveis vectores de agentes de doenças transmissíveis.

Na agrópolis — unidade de 3 linha — os serviços funcionam em prédio com área física ao redor de 200m². E, numa unidade polivalente e na mesma área física, executam-se ações da medicina preventiva e curativa. A curativa dispõe de um mini-hospital com 6 leitos, com previsão de aumento para 12. Atualmente há três reservados para atendimento obstétricos e outros três para clínica e cirurgia.

O quadro de pessoal é constituído por um médico, um laboratorista, uma visitadora sanitária, um auxiliar de saneamento, duas atendentes e uma servente, trabalhando todos em regime de tempo integral.

Praticam-se todas as tarefas de prevenção, iniciando-se pelo exame cuidadoso de todo o cidadão que pretendase instalar na região, recebendo uma carteira de saúde e todas as vacinas feitas. Esse documento é imprescindível para a sua instalação, sem o que não pode auferir nenhum benefício legal e creditício.

Na unidade, além das tarefas preventivas, o médico efetua atendimentos clínicos, cirurgia de pequeno e médio porte, partos, etc., para o que está habilita-

do. Se o caso foge às suas possibilidades, o paciente é removido por unidades voltante (ambulância) para centro médico de maior porte.

As unidades de 2ª linha situam-se nas rurópolis. Visitamos a Rurópolis Presidente Médici, situada no km 315, portanto, 130 km da área pretendida pela COTRIJUI, no encontro das estradas Transamazônica com a Cuiabá-Santarém.

Na mesma área física da unidade de apoio assistencial, com instalações polivalentes, ampliadas, para as tarefas preventivas e curativas, com bloco cirúrgico completo, duas salas: uma cirurgia geral, outra para cirurgia ginecológica e obstétrica. Mini-enfermarias para 10 a 15 leitos; duas a três camas em cada quarto atualmente, com previsão de aumento da capacidade para 40 a 60 leitos a curto prazo.

Teoricamente, segundo fomos informados, o quadro clínico deverá contar com quatro a seis médicos, mas realmente encontramos somente um médico em atividade, esperando a chegada de um segundo médico para breve. O pessoal para-médico nessa unidade evidentemente é mais numeroso, mas ainda há claros em seu quadro.

Entrevistamos inúmeras pessoas para recolher opiniões, verificando satisfação popular na área da agrópolis "Brasil Novo", o que já não ocorre na rurópolis evidentemente como decorrência do insuficiente quadro técnico operacional.

Recolhemos mais dados interessantes que entendemos informar, como por exemplo, sobre a mecânica do encaminhamento da clientela: em princípio, todo o indivíduo homem, mulher, criança, é atendido sem limitações. Se beneficiário do INPS, basta a apresentação da carteira de saúde respectiva; se do FUNRURAL a guia de encaminhamento do sindicato; se não pertence a nenhuma dessas entidades, é atendido como carenciado. Observamos que não há distinção nem privilégios. As determinações superiores são: primeiro atender e depois verificar a documentação (portaria MPAS 158).

Ponto interessante que questionamos foi sobre a incidência de doenças transmissíveis. As informações são auspiciosas. No trecho entre Altamira e Itaituba, zona de colonização pretendida pela COTRIJUI, não há malária (sic). Como já abordamos em outro tópico, é feita permanente vigilância dos focos de mosquitos para detectar os transmissores. Vimos o mapeamento dos doentes atendidos no ano corrente e não há maior distinção com os apontados aqui no sul. Mesmas doenças, mesmos problemas clínicos e cirúrgicos.

Dados que recolhemos já nos escritórios do INCRA, que achamos interessante revelar aos leitores do COTRIJORNAL, referem-se ao censo populacional da área do trecho Altamira-Itaituba, em cerca de 615 km de extensão

da Transamazônica (os dados são de agosto de 1975).

TRECHO ALTAMIRA-ITAITUBA

População	13.526	
De 0 a 5 anos	3.187	— 24%
De 6 a 10 anos ..	2.386	— 28%
De 11 a 15 anos	1.922	— 14,5%
De 16 a 20 anos	1.559	— 9,5%
Mais de 20 anos	4.507	— 34%

Solteiros	372
Casados	1.778
Viúvos	43
Amasiados	174
Desquitados	7

famílias	
Rio Grande do Sul	139 — 5.728%
Paraná	418 — 17.607%
Santa Catarina	56 — 2.358%

Verifica-se que 66% da população situa-se na faixa etária de menos de 20 anos. Aliás, chamaram a atenção as famílias numerosas: 6, 8, 10 e até 12 filhos.

No registro das populações migradas anotamos somente as da Região Sul. Memorizamos a população nativa, isto é, paraenses, ao redor de 25%. Anotamos também, que todos os Estados da Federação estão representados por contingentes migrados.

Ao finalizar, revendo o que escrevemos, verificamos que nada informamos sobre saneamento básico e nutrição. Somente esclarecemos que a Fundação SESP exerce atividades de vigilância e orientação através de seus inspetores e auxiliares de saneamento.

Observamos que as rurópolis, agrópolis, e agrovilas, todas elas são dotadas de instalações hidráulicas, água potável, encanada, caixas d'água e instalações sanitárias adequadas.

Evidente que a limpeza de áreas circundantes — pátios, ruas, sargetas — o asseio e a higiene corporal são questões de educação e de formação de uma consciência sanitária. Assim, verificaram-se vários tipos de residências e de passeios públicos na razão direta do grau de cultura dos moradores.

No tocante à nutrição, os usos, hábitos e costumes são variados, como variadas são as origens dos colonos implantados. Vimos, por exemplo, com alegria indistigável, em plena selva amazônica, o rosso chimarrão.

Vimos casas de colonos, bonitas, bem pintadas, pátios circundantes limpos, árvores frutíferas, folhagens e flores; criação de galinhas, porcos; eitos de terra com mandioca, arroz, feijão, batata, etc. Como também vimos aqueles tipos de moradias que não se descrevem, infelizmente ainda em número expressivo.

Haveria muito ainda que descrever, comentar e explicitar com respeito a esses tópicos finais, mas justificam-se algumas distorções na filosofia do plano de colonização original, sintetizada na expressão do Presidente Médici: "Terra sem homens para homens sem terra".

SAIBA COMO NASCERAM OS BANCOS NO MUNDO

O primeiro banco, chamado "débito público", ou "devedor do público", foi fundado em Veneza, durante o século XII. O vocábulo banco, que se generalizou, vem da expressão alemã "bank", que significava monte de dinheiro no dizer dos germânicos que habitavam o norte da Itália. Por homofonia, os próprios nativos do País acabaram adotando-o. Bem mais curiosa, no entanto, é a origem do cheque. Segundo a história, esse título identificador de ordem de pagamento com trânsito internacional, foi usado pela primeira vez, de forma muito primitiva, na Holanda.

MEDO DOS LADRÕES

Conta-se que nos primeiros anos do século XVI, os habitantes de Amsterdan passaram a viver sob o terror dos ladrões. Uma série de roubos domiciliares começou a alertar o povo para a necessidade da criação de guarda às pequenas economias. Os bancos, até então, eram privilégio dos senhores feudais. A solução encontrada — diz a história — foi reunir os bens das famílias honestas em determinados locais, sob a guarda de pessoas de confiança. Mas surgiu o problema quando o primeiro dos cidadãos necessitou de parte do dinheiro depositado. A solução nasceu com uma ordem escrita de retirada. Estava criado o cheque.

LORENZO CHILDS

Hoje é difícil situar-se o fim da lenda e o começo da história. Esse instrumento de pagamento, tem facetas curiosas em sua trajetória no mundo dos negócios.

Lorenzo Childs, banqueiro inglês do início do século XVIII, goza o privilégio de haver emitido o primeiro cheque impresso. Segundo os registros da história, deu-lhe as características que mantém até hoje.

Estabelecido que o cheque — "chek", espécie de taboleiro onde os tesoureiros régios colocavam as moedas; ou "to Chek", de verificar, segundo outros autores — nasceu na Inglaterra,

o importante passa a ser a forma pela qual ele se institucionalizou no mundo, como elemento de "pago". Childs, primeiro banqueiro no sentido lato da palavra, ao imprimir o cheque, deu início à uniformidade, fator imprescindível para que se popularizasse. A data é imprecisa, mas a maioria dos autores estabelece o ano de 1765.

LEGISLAÇÃO

Se à Inglaterra cabe o mérito de haver institucionalizado o cheque, dando-lhe uniformidade física e conceito real de valor, a França deu-lhe a legislação. A 14 de junho de 1865, um poderoso mecanismo jurídico passou a girar em torno do cheque, estabelecendo-lhe as normas morais através do peso da lei. Até a universidade dessa mesma legislação, obtida em Genebra, em 1931, muitos anos se passariam. Mas o estatuto jurídico francês foi o decalque sob o qual os financistas do século XX plasmaram as resoluções. A partir de Genebra, foram inúmeras as nações que contribuíram com disposições legais paralelas à validade do cheque, como instrumento de trânsito internacional pago.

CÂMARAS DE COMPENSAÇÃO

É variada a terminologia bancária. Em torno dos estabelecimentos de crédito gira todo um vocabulário de termos fora do comum. Saque, aceite, câmbio, título, cheque cruzado, visado, repassado, emitente, sacador, beneficiário, são alguns dos termos mais em voga, usados pelos banqueiros.

Para gerir com normas e efeitos legais a livre circulação do dinheiro, com os consequentes benefícios que ele possa fazer, foram criadas as câmaras de compensação. São instituições estatais que se colocam entre os bancos para facilitar a circulação de cheques. Graças a estas câmaras, cheques sacados contra qualquer banco podem ser pagos ou depositados em outro, a livre escolha do portador.

ORIGEM

Certo dia, no começo do século XVIII, um comerciante inglês recebeu vários cheques emitidos contra bancos distintos. Depois de percorrer metade de Londres, cansado, e com perda de tempo precioso, retornou ao seu banco e solicitou que este destacasse um funcionário para efetuar os descontos. Em pouco tempo, todos os bancos londrinos passaram a receber cheques emitidos contra terceiros. Era o instituto das câmaras compensadoras, ou "clearing" bancário, que se iniciava. Hoje, milhares de câmaras prestam serviços através dos bancos, além de dar a respectiva garantia do Estado à tramitação do cheque, esse instrumento de excepcional valia.

NO BRASIL

No nosso País, o primeiro cheque emitido por um banco particular, ocorreu em 1858, em Porto Alegre. Essa honra coube ao extinto Banco da Província do Rio Grande do Sul, estabelecimento autorizado a funcionar por decreto assinado Pelo Imperador D. Pedro II, a 24 de outubro de 1858. O acontecimento, no dizer de um historiador do Segundo Império, identificou uma época de renascimento e de expansão. É nessa época que se constróem as primeiras estradas de ferro, se estabelecem os primeiros contatos telegráficos criam-se as primeiras linhas regulares de navegação fluvial e os primeiros barcos a vapor cortam as águas dos rios em todo o País. É quando começa a aparecer a iluminação a gás, extingue-se o tráfico de escravos, defende-se a lei do ventre livre e começa-se a falar em República.

Essa, em traços gerais, a origem dos bancos e seu mecanismo de operação, segundo uma pesquisa de Raul Quevedo já publicada no jornal ZERO HORA de Porto Alegre, edição de 23-10-1970.



O PEQUENO PRODUTOR AGRÍCOLA NA ÁREA DE AÇÃO DA COTRIJUI

Telmo Rudi Frantz

O projeto de colonização de Ijuí instaurado a partir de 1890 facultou a cada agricultor que dele participou o direito à propriedade de um lote de 25 hectares. Este projeto para pequenos produtores, em grande parte respondia à necessidade de produção de alimentos para a população urbana brasileira em crescimento, bem como para alimentar trabalhadores ocupados na monocultura do café. Ao par disto facultava a ocupação de áreas vazias de um Estado que faz fronteira com duas nações — Uruguai e Argentina — com as quais, na época, as relações não eram as mais amistosas. Assim, a ocupação da área por uma agricultura que em grande parte pode ser considerada de subsistência, assumia também um certo “caráter militar”. O fato dos agricultores serem imigrantes inscrevia-se num contexto mais amplo, ou seja, o do desenvolvimento industrial europeu, de um lado e de outro, o desejo, talvez um pouco romântico por parte de alguns estadistas de desenvolver no Brasil, através da pequena propriedade, uma classe média para preencher o vazio na estrutura da sociedade brasileira, vazio este decorrente do sistema de produção escravagista. Alguns anos após a vinda dos primeiros colonizadores, a área estava toda ocupada e iniciou-se o processo de parcelamento.

Em suma, a pequena propriedade instaura-se nesta região como a resultante possível entre as necessidades do sistema econômico social global, com as características naturais que a região apresentava e as peculiaridades culturais e psicológicas dos imigrantes. Desde então o processo de desenvolvimento da região é marcado pela interação constante permeada de conflitos e contradições destes elementos. Parece-nos que as pressões externas decorrentes da necessidade de reprodução do capital junto aos setores mais dinâmicos da economia nacional e principalmente inter-

nacional, tiveram aí um papel determinante. Esta influência torna-se mais decisiva a partir do momento em que a produção regional se vincula efetivamente ao mercado. Acreditamos que tal acontece em 1911 com a extensão da estrada de ferro até Ijuí. É neste contexto que a agricultura de Ijuí tem servido a diferentes projetos econômicos, sendo forçada a modificações nas suas forças produtivas e articulando-as diferentemente no decorrer de sua história, introduzindo novas culturas, fazendo desaparecer anteriores, etc.

Esta foi uma caminhada cheia de conflitos e contradições e é através dela que se chegou ao perfil econômico, social e político que caracteriza hoje a nossa região. E nesta “travessia” sempre estiveram presentes e de uma forma preponderante, os pequenos produtores agrícolas. O sentido, a importância e o conteúdo de sua produção e de sua presença neste período sofreram variações. O perfil que ela hoje apresenta inscrever-se neste contexto. Qual seria, pois, este perfil? Qual o sentido de sua presença e da sua produção, hoje, nesta região? Estas são perguntas que vêm preocupando muitas pessoas que atuam de alguma forma com a agricultura regional. A sua resposta pode ser sumamente útil para quem pretende contribuir com o desenvolvimento econômico-social da região. O presente ensaio inscreve-se nesta preocupação e pretende fornecer alguns dados para a compreensão daquelas questões.

ENQUADRAMENTO

Para iniciar podemos considerar como sendo pequenos proprietários os agricultores que possuem área inferior a 30 hectares. Isto se levarmos em consideração a classificação do INCRA. Este estabelece mais ou menos 30 hectares como módulo “ideal” para exploração familiar nesta re-

gião. (*). Neste caso teríamos no município de Ijuí, aproximadamente, 2.453 estabelecimentos que poderiam ser considerados como sendo pequenos, ou seja, como tendo área mínima para serem exploradas economicamente por uma família. Este número corresponde a 67% do total dos estabelecimentos agrícolas do município. Sua importância numérica, é, pois, óbvia.

Não poderíamos porém chegar a nenhuma conclusão significativa se mantivéssemos no mesmo enquadramento proprietários de 1, 5 e 10 hectares e de 15 20 e 30 hectares. Existem diferenças relevantes, diferenças que não são apenas quantitativas. O problema, porém, está em conseguir estabelecer grupos suficientemente homogêneos, ao ponto de se poder generalizar algumas conclusões. Provavelmente o critério de área não deve ser o único a ser levado em consideração, mas não deixa de ser, segundo nosso parecer, o mais importante. Fertilidade do solo, tipo de cultura, tamanho da família, localização em relação ao mercado, são variáveis que alteram de alguma maneira as características de um estabelecimento. Para efeitos de análise acreditamos que se pode estabelecer uma certa homogeneidade entre os proprietários de menos de 15 hectares e entre os proprietários maiores, até em torno de 30 hectares. Sem dúvida existem diferenças entre um agricultor que trabalha 5 hectares e um que trabalha 15 hectares, mas não pretendemos entrar agora em todos estes detalhes diferenciais. Interessam-nos de momento o grupo dos menores de 15 hectares e que correspondiam em 1970 a aproximadamente 1.066 estabelecimentos, 33% do total. Ocupavam uma área que se situa em torno de 30%. Sua importância econômica e principalmente social não pode, pois, ser desconsiderada. Poderíamos dizer que estes agricultores representam efetivamente os minifundiários da região.

ESTARIA DESAPARECENDO A PEQUENA PROPRIEDADE?

Feitas estas considerações preliminares, permeadas de dúvidas e dificuldades, arriscamo-nos a tecer algumas considerações sobre a categoria dos pequenos produtores agrícolas em geral e dos minifundiários em particular.

Neste artigo pretendemos abordar uma questão que tem alimentado com bastante intensidade as discussões sobre a tendência da agricultura regional e refere-se a um possível processo de reaglutinação espontânea das pequenas propriedades. Este se faria pela compra por parte de um proprietário maior ou um capitalista, das pequenas áreas colocadas à venda por razões as mais diversas. Entre estas podem-se destacar a migração para regiões novas do país, onde o preço do solo é menor; perspectiva de parcelamento excessivo de já pequenas áreas por razões de herança;

dificuldades por parte do antigo proprietário de pagar compromissos financeiros assumidos, etc. Este processo de reaglutinação espontânea estaria levando o desaparecimento dos pequenos estabelecimentos médios e grandes ou seja, aqueles que poderiam organizar-se com empresas agrícolas modernas dentro do contexto da produção de trigo e soja. Os excedentes populacionais daí decorrentes destinaram-se às cidades, passariam à categoria de assalariados rurais ou ainda iriam engrossar as fileiras dos pioneiros de novas fronteiras agrícolas no Mato Grosso ou na Amazônia. Afirmar de que nada disto estaria sucedendo seria desconhecer fatos que saltam aos olhos de qualquer pessoa que acompanha, por pouco que seja, o dia-a-dia dos agricultores da região. O que se pode se deve questionar, porém, é a intensidade e a dimensão que nesta discussão se vem atribuindo a fenômenos como o êxodo ru-

ÁREA (HA)	N. de estabelecimentos		Área Total (ha)	
	1 960	1 970	1 960 a	1 970 b
0 → 1	2	47	2	23
1 → 2	17	144	22	177
2 → 5	164	764	534	2 382
5 → 10	574	1 197	4 010	8 185
10 → 20	2 271	2 542	31 046	34 490
20 → 50	2 415	2 465	71 682	70 852
50 → 100	516	483	32 360	31 083
100 → 200	96	106	12 098	13 893
200 → 500	31	45	8 364	12 421
500 → 1 000	11	6	6 311	4 104
1 000 → 2 000	1	4	1 954	5 120
TOTAL	6 098	7 803	168 383	182 730

FONTE: IBGE

Como se observa houve um aumento de estabelecimentos para todos os grupos de área com exceção dos que se situam na faixa dos 50 a 100 hectares. A área média dos estabelecimentos manteve-se praticamente inalterada, com exceção de uma pequena diminuição nos estabelecimentos menores de 5 hectares e os que se situam na faixa dos 5 a 50 hectares. Os outros grupos tiveram sua área média aumentada. Coloca-se, pois, aí um problema. Se houve um aumento geral no número dos estabelecimentos e a área se manteve com pequenas variações, alguma terra nova deve ter sido incorporada. Tal efetivamente aconteceu em decorrência da emancipação política

dos distritos de Augusto Pestana e de Ajuricaba. Estes anexaram ao seu território partes dos municípios de Palmeiras das Missões, Panambi, Cruz Alta, Tupanciretã e Santo Ângelo.

Por efeitos de cálculos nos vimos forçados a computar para 1970 as áreas totais dos municípios de Ajuricaba e Augusto Pestana. Infelizmente não se tem condições de saber exatamente em que proporções os 14.347 hectares incorporados estavam distribuídos em grupos de áreas. Igualmente não se pode ter certeza quantos dos 1705 estabelecimentos que o resultado das somas dos municípios de Ijuí, Ajuricaba e Augusto Pestana apresentam a mais do censo de 1970 foram

JORNAIS

DIÁRIO DE PERNAMBUCO COMPLETOU 150 ANOS



DIÁRIO DE PERNAMBUCO

O Brasil já tem condições de rememorar sua História através dos jornais que circulam no país, dos quais muitos já centenários. A observação de um dos arquivos do Diário de Pernambuco, Estado de São Paulo e outros, torna possível a verificação de um pedaço da vida da Nação, documentada no seu cotidiano por estes periódicos.

O Diário de Pernambuco ao completar no mês passado 150 anos de circulação ininterrupta, na cidade do Recife, firmou-se como a "mais antiga publicação diária em língua portuguesa e um dos mais velhos jornais do mundo". O Diário de Pernambuco, circulou pela primeira vez, numa segunda-feira, 7 de novembro de 1825, com o objetivo apenas de veicular anúncios ou notícias

de interesse pessoal (de cidadão a cidadão da comunidade).

Como a porto de Recife (ainda não capital) era dos mais movimentados do País, a maioria dos anúncios se referiam a ele: "entradas e saídas das embarcações, portos de onde vieram, dias de viagem, passageiros, cargas e notícias que traziam de "além-mar". Seu fundador e proprietário foi o tipógrafo Antonio José de Miranda Falcão, que já no 43º número do jornal, deu-lhe nova feição: foram publicadas duas matérias de cunho político, na qual o periódico assumia posição em defesa dos princípios liberais. Sua nova forma, trouxe a Falcão sérias complicações, processos e até prisões. Durante dez anos, paralelo à suas atividades políticas, Falcão dedicou-se ao Diário de

Pernambuco, que circulava metade de anúncios, metade violentos artigos políticos. Em 1835, o vendeu a Manoel Figueroa de Faria, mais empresário e administrador do que propriamente jornalista.

Este último deu ao jornal nova feição, sem grandes inovações redatoriais, mas apenas de ordem administrativa (tornou o periódico uma empresa), melhorou sua apresentação gráfica e aumentou sua circulação. Meses depois fundiu-se com o Diário da Administração Pública, transformando-se num órgão do Governo. A partir daí o Diário de Pernambuco foi órgão oficial dos Governos provinciais e estaduais, até 1911. A partir daí, passaram por ele famosos e vários redatores e editores. Cinco dos quais chegaram à Academia Brasileira de Letras. A partir da 1931, o jornal foi incorporado aos Diários Associados.

O escritor Gilberto Freyre definiu recentemente a importância do velho jornal: "O Diário de Pernambuco é uma das maiores fontes da História Brasileira".

O ESTADO DE S. PAULO

O Estado de São Paulo é outra das publicações que se insere entre as mais antigas do país. No ano passado, o jornal comemorou um século de circulação

ininterrupta. Nascido "A Província de São Paulo, se constitui hoje, numa das mais importantes publicações do gênero no País, circulando por toda a Nação de sul a

CORREIO DO POVO

O Correio do Povo, órgão da Companhia Jornalística Caldas Júnior, figura no panorama nacional como uma das mais antigas publicações. A 1º de outubro, com várias solenidades, o Correio do Povo marcou a passagem do seu 80º ano de circulação.

Além de suas características editoriais, uma das quais o espírito conservador que mantém até hoje, o Correio do Povo possui uma peculiaridade que o identifica como o jornal que mantém a mais completa seção de classificados. Por ele passaram e ain-

norte, dando completo noticiário nacional e internacional.

Transformando no decorrer do tempo também em empresa jornalística, detém uma das mais poderosas cadeias de informação noticiosa. Tem sucursais em todas as principais capitais do país, o que lhe permite transmitir de forma dinâmica o cotidiano brasileiro e mundial.

da fazem parte grandes nomes da política, literatura e jornalismo do Rio Grande.

Circulando por todo o Estado ele detém em seus arquivos preciosa documentação da História do Rio Grande do Sul.

DIÁRIO POPULAR DE PELOTAS

O Diário Popular de Pelotas nasceu com humildes propósitos de apenas informar "a comunidade pelotense sobre a comunidade pelotense".

Hoje, ao comemorar 85 anos de circulação ininterrupta, (fundado a 27 de agosto de 1890) ele se constitui em importante veículo de co-

municação, não só para sua cidade de origem, como também para vários municípios da região. Veicula, além das notícias locais, as estaduais e nacionais, com a mesma periodicidade dos jornais da capital. No Estado, ele se constitui na mais antiga publicação do gênero. Seu arquivo é um precioso acervo sobre a His-

tória e cultura do Rio Grande: documentou toda a fase áurea de Pelotas, quando centro de irradiação cultural e artística do Estado. Hoje, com a mesma intenção e imparcialidade, documenta o dia-a-dia do desenvolvimento sócio-econômico da Zona Sul, da qual é, inegavelmente, o porta-voz mais credenciado.

ral, as migrações e a compra de áreas de terra por parte de empreendimentos agrícolas maiores.

Se efetivamente houvesse um movimento de reaglutinação espontânea dos minifúndios em nossa região ou mais especificamente nos municípios de Ijuí, Ajuricaba e Augusto Pestana e um movimento nas dimensões anunciadas (que estariam levando ao efetivo desaparecimento da pequena propriedade), então seria justo esperarmos que num período de dez anos marcados pela intensificação da produção mercantil, pela introdução crescente de tecnologia moderna nesta região, tivesse havido uma sensível diminuição do número destes estabelecimentos. Ao compararmos, porém, os dados dos censos agropecuários de 1960 e 1970 constatamos que o número de estabelecimentos nem sequer estacionou, mas aumentou de uma maneira que poderíamos adjetivar de impressionante.

Área média/estab (ha)		b - a	
1960	1970		
1 00	0 50	+	21
1 29	1 23	+	155
3 25	3 11	+	1 848
6 98	6 84	+	4 175
13 67	13 57	+	3 444
29 68	28 74	-	830
62 71	64 35	-	1 277
126 02	131 06	+	1 795
269 80	276 02	+	4 057
573 72	684 00	-	2 207
954 00	1 280 00	+	3 166
27 61	23 42	+	14 347

incorporados pela anexação territorial.

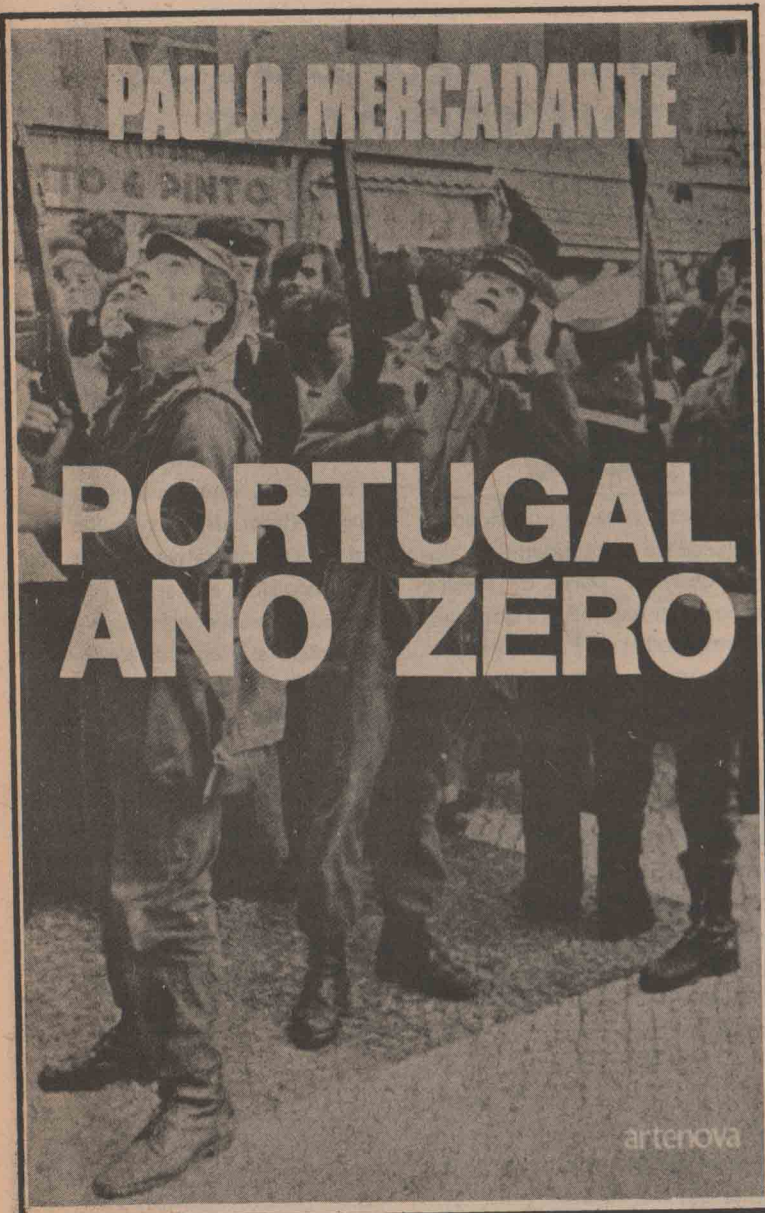
De qualquer maneira, porém, e considerando que a área média dos estabelecimentos não alterou substancialmente, podemos supor que a distribuição por grupos de área dos territórios incorporados correspondentes às diferenças que se observam de 1960 para 1970 entre as somas das áreas totais daqueles grupos. Se assim for, então os grupos de estabelecimentos cuja área média diminuiu neste decênio apresentam leve tendência ao parcelamento. Estes estabelecimentos corresponderiam então aos inferiores a 15 hectares.

A diminuição nas áreas médias daqueles grupos são, porém,

quase insignificantes, como podemos constatar pela tabela I.

Uma pequena tendência para o reaglutinamento se pode então observar nos estabelecimentos compreendidos entre os 50 a 1.000 hectares. Dos estabelecimentos compreendidos entre 50 a 100 ha. houve uma diminuição significativa de 33 unidades naqueles dez anos, com uma redução de 1.277 hectares. Houve também redução nos estabelecimentos compreendidos na faixa dos 500 a 1.000 ha. em 5, representando uma restrição na área total da ordem de 2.207 hectares. Estas terras foram retalhadas ou anexadas a outra e neste caso favoreceram a reaglutinação? É difícil responder a estas questões.

Após todas estas considerações, que de forma alguma pretendemos que sejam exaustivas, podemos concluir com certa timidez que em termos gerais observa-se efetivamente uma fraca tendência para a reaglutinação em alguns grupos de área, preponderantemente entre os maiores de 50 hectares. Sabemos que é principalmente a partir deste tamanho que se pode esperar viabilidade econômica para empreendimentos agrícolas em tipos de cultura como os que caracterizam a produção mercantil de nossa região. Ao mesmo tempo, porém, acredito que possa dizer que a intensidade do processo de reaglutinação durante a última década não nos deverá levar a profetizar muito rapidamente o desaparecimento ou a diminuição significativa da pequena propriedade a curto prazo. Ainda mais se considerarmos que o parcelamento da pequena propriedade é também muito fraco, bem como as reduções em seus números totais. Possivelmente o processo tenha se intensificado a partir de 1970, pois sabemos que a verdadeira explosão na produção de cereais deu-se ou está-se dando justamente nesta década. Momentaneamente porém, não temos em mãos dados suficientes para comprová-lo. Bibliografia: Lazzarotto, Danilo História do Rio Grande do Sul, Sulina - Porto Alegre, pag. 197. FIDENE IPP. Produtividade em Ijuí, Ajuricaba e Augusto Pestana RS. Diagnóstico. Ijuí, 1972, pag. 21 (*) "Módulo Rural é a área explorável que, em determinada posição do país, direta e pessoalmente explorada por um conjunto familiar equivalente a 4 pessoas adultas, correspondente a 1.000 jornadas anuais, lhe absorve toda força de trabalho em face do nível tecnológico adotado naquela posição geográfica e conforme o tipo de exploração considerado proporcione um rendimento capaz de assegurar-lhe a subsistência e o progresso social e econômico" (Dec. 55.891 de 31/03/65, cap. 1, seção III).



PORTUGAL ANO ZERO

Portugal assumiu a berlinda do noticiário internacional com o advento do regime (ainda não definido) que substituiu os 30 anos de salazarismo. Dezenas de livros e centenas de páginas de jornais tem sido publicados no mundo, tentando uma análise das experiências que se sucedem no país.

Portugal, Ano Zero, do jornalista brasileiro Paulo Mercadante, que percorreu o país e o analisou política e economicamente, é um dos mais novos lançamentos da Artenova, distribuído pela Sulina no Rio Grande do Sul. Ensaio político de envergadura, Portugal Ano Zero dá o enfoque de todo um processo que jogou por terra três décadas de ditadura salazarista, acrescida inclusive pelo breve período de Marcelo Caetano.

Mais do que o julgamento do regime deposto, o livro de Mercadante trata do conhecimento da terra e do povo português obtido num convívio constante. O livro revela a consciência de um analista que, no balanço das alternativas, tenta demonstrar a imprevisibilidade dos acontecimentos.

NOVA NARRATIVA
ÉPICA DO BRASIL

Não se trata de um lançamento. Aparece aqui em homenagem ao autor — José Hildebrando Dacanal — gaúcho, nosso vizi-

nho aqui de Catuípe, onde nasceu em 1943. Dacanal, jornalista com atuação desde 1967 no Correio do Povo e professor na UFRGS fez extensão por um ano na Universidade de Bonn, República Federal da Alemanha.

Um lançamento da Editora Sulina, Nova Narrativa Épica do Brasil reúne cinco ensaios que, no conjunto, representam uma tentativa de identificar alguns marcos culturais semeados ao longo do caminho dos povos latinos americanos.

Livro de excelente significado para quem deseja compreender a literatura brasileira em seu confronto com os melhores autores do mundo.

MUITO ANTES PELO
CONTRÁRIO

Registramos aqui mais um autor da nossa região. Trata-se de Eucárdio Derrosso, natural do vizinho município de Santo Augusto.

Derrosso, jornalista, 30 anos, já publicou dois livros de poesia: Retalhos dos Pagos (1962) e Verso Vário (1971). Agora, com Muito Antes, pelo Contrário, estreia na crônica, numa edição internacional, pois o livro foi editado em Portugal pela União Gráfica S.A.R.L., de Lisboa, por encomenda da Signosul Distribuidora Ltda, de Porto Alegre.

Eucárdio Antonio Derrosso
Muito Antes, Pelo Contrário — ou

Eucárdio Derrosso

MUITO
ANTES,
PELO
CONTRÁRIO

vinte crônicas por dez contos, no dizer de Sandra Telló e Therezinha Pereira de Almeida, licenciadas em letras pela UFRGS, é um autor romântico. Seu amor é puro, sem malícia, dando ao leitor uma imagem, que talvez para a maioria, já não mais existe no viver comum. Assim, tudo é visto pelo lado bom. Há sempre uma ânsia de paz, de tranquilidade, de dias melhores, “como ele próprio diz numa das crônicas”.

NA SOMBRA DOS
EUCALIPTOS

Carlos Lopes dos Santos, comerciante aposentado, colorado até a medula, já está nas livrarias com o seu. Na Sombra dos Eucaliptos, onde exterioriza todo o seu amor ao chamado Clube do Povo, à sua admiração ao

patrono Ildo Meneghetti e sua paixão por Elias Ricardo Figueiroa, que qualifica de “o condor dos Andes”.

O livro, com expressiva capa de Nelson Boeira Faedrich, lançado pela Globo, conta a história do Internacional desde seus primórdios em 1909 e analisa sua ascensão nesses quase 70 anos de lutas em prol do esporte bretão.

Mas apesar do título e da absoluta predominância do Internacional no contexto global, o livro aborda outros assuntos que não absolutamente o esportivo. Um desses assuntos é a soja (um negócio da China), seu histórico e evolução desde sua origem no Oriente e sua expansão pelo mundo até fixar-se no Brasil e, especialmente, no Rio Grande do Sul.



“... Chegando às minhas mãos um exemplar do COTRIJORNAL julguei-o de grande importância, visto que como técnico agrícola preciso manter-me informado das novas técnicas e avanços no setor agrícola.

Portanto, se for possível à cooperativa, espero receber esse jornal normalmente pelo correio, e se possível, também os números atrasados. Atenciosamente. Carmo I. H. Spies, Linha Dona Helena. 98.990 — SÃO PAULO DAS MISSÕES — RS”.

N. da R. — O COTRIJORNAL ser-lhe-á enviado regularmente. Quanto aos números atrasados, infelizmente não será possível, visto que os poucos que restavam de edições anteriores foram queimados no incêndio que destruiu o 3º pavimento do edifício da cooperativa na madrugada de 9 de outubro.

“... Aproveito a oportunidade para manifestar minha impressão favorável sobre a ótima qualidade das matérias contidas nas páginas do COTRIJORNAL, e cujo gabarito demonstra o alto nível da Administração COTRIJUI.

Com votos de estima e consideração, firmo-me atenciosamente, Hugo Von Eye — Distribuidora SACI — rua do Comércio 646 — IJUÍ”.

“Assumindo a direção do Centro Rural de Ensino Suplementar de Bom Progresso, no município de Campo Novo, estabelecimento que visa a preparação de mão-de-obra especializada no setor agro-pecuário, transfere-me de residência e de local de trabalho. Ficarei eternamente agradecido se o órgão jornalístico integrando da COTRIJUI, que vem lutando pela elevação dos padrões agrícolas transferir a remessa para o seguinte endereço: Armando Sloczynski — CRES — Bom Progresso. 98.570 CAMPO NOVO — RS.





O ano de 1975, que vai chegando ao fim, marca a passagem do Centenário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul, como o ano de 1974 marcou o Sesquicentenário da Imigração Alemã. Se as festividades alusivas aos 150 anos da vinda dos primeiros imigrantes alemães caracterizaram-se pela comunicação impressa a nível de literatura e albums comemorativos, para justificar a Pátria mãe de Guttenberg — e também da Imprensa — o Centenário Italiano deu ênfase à música, caracterizando com isso a Pátria de Verdi, Mascagni, Paganini, Toscanini e tantos outros gênios do clássico romântico, heróico ou burlesco.

Essa identidade itálica com a música, na passagem do primeiro século da mescla racial italo-brasileira, deu-nos oportunidade de contato com a música dos mestres, com uma variável e intensidade dignas dos povos culturalmente mais desenvolvidos. Num período de quatro a cinco meses apenas, no mínimo duas óperas, uma opereta e uma sinfonia, foram encenadas em Porto Alegre.

As óperas foram Rigoletto e La Traviata, de Giuseppe Verdi; a opereta Vítua Alegre, de Franz Lehár e a Sinfonia, a Nona, de Beethoven.

Falamos neste espaço da genial criação de Beethoven e da OSPA — Orquestra Sinfônica de Porto Alegre — que na competente regência de Pablo Komlós, atinge um surpreendente estágio de evolução.

A 9ª SINFONIA

Conforme dizem os críticos há nonas sinfonias de Haydn, Mo-

zart, Dvorak, Bruckner, Mahler, Shostakovich, Villa Lobos (que as Bachianas Brasileiras são igualmente nove sinfonias) e talvez outras; mas a "Nona" é a de Beethoven. Apesar de ela ter sido chamada de "Coral" (devido ao coro no final), todos a chamam de "a Nona". Essa posição de relevo no mundo maravilhoso dos sons continuará a ser mantida pela obra genial mestre alemão. Qualquer pessoa que ouvir a Nona Sinfonia sentirá imediatamente que se encontra diante de algo grandioso, divinamente emocionante.

A mescla de sinfonia e cantata, longe de desmerecê-la, eleva-a aos mais altos esplendores da arte. Apesar de alguns críticos terem manifestado reservas à inclusão do Hino à Alegria após sua estreia a 7 de maio de 1825 o que motivou algumas apresentações sem solistas e sem coro — o futuro a consagrou como a "sinfonia das sinfonias", exatamente com coro e solo, conforme a previu e criou Beethoven — o mestre genial.

Já na abertura, o primeiro movimento mostra uma extensão cheia de acentos dramáticos. Os sons parecem nascer das brumas cósmicas da eternidade. A tensão cresce gradativamente até que aparece o tema monumental que domina o movimento até o fim. O Scherzo — segundo movimento — tem caráter passional, já salientando nos primeiros compassos, que encerram quase toda a essência do movimento. A seguir, em delicioso contraste desenvolve-se o Trio, sugerindo uma atmosfera bucólica. Aliás, a Nona de Beethoven tem determinados trechos cujos sons sugerem temas de canção folclórica.

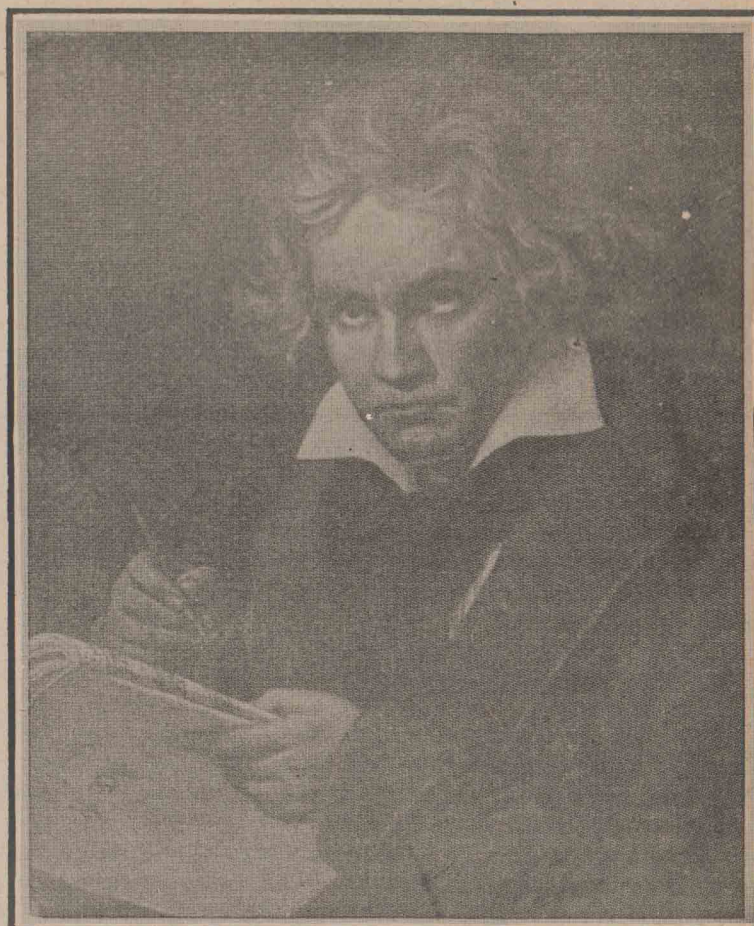
O terceiro movimento pode ser chamado de "sobrehumano".

É na realidade um Adágio que guarda sons de melodia divina. Um coro de anjos não teria melhor sonoridade. O conjunto de sons parece ter vindo de um outro mundo. O tema é sonorizado em forma de variações, num estágio de concepção que transborda em ritmação que enche os sentidos e transborda a alma do ouvinte, num extase de satisfação e amor ao belo.

O quarto movimento é uma apoteose. A orquestra toda transforma-se numa avalanche de sons. É como se uma cascata despenhasse das alturas passando por nuances amenos de simples regatos cristalinos e se fossem margeando encostas, rios pedregosos, e lagos profundos, até precipitar-se no caos de gargantas de rochas descomunamente gigantescas. Finalmente, o tema "Alegria", nos versos de Friedrich von Schiller, que Beethoven, com genial inspiração, soube orquestrar tão bem.

A OSPA

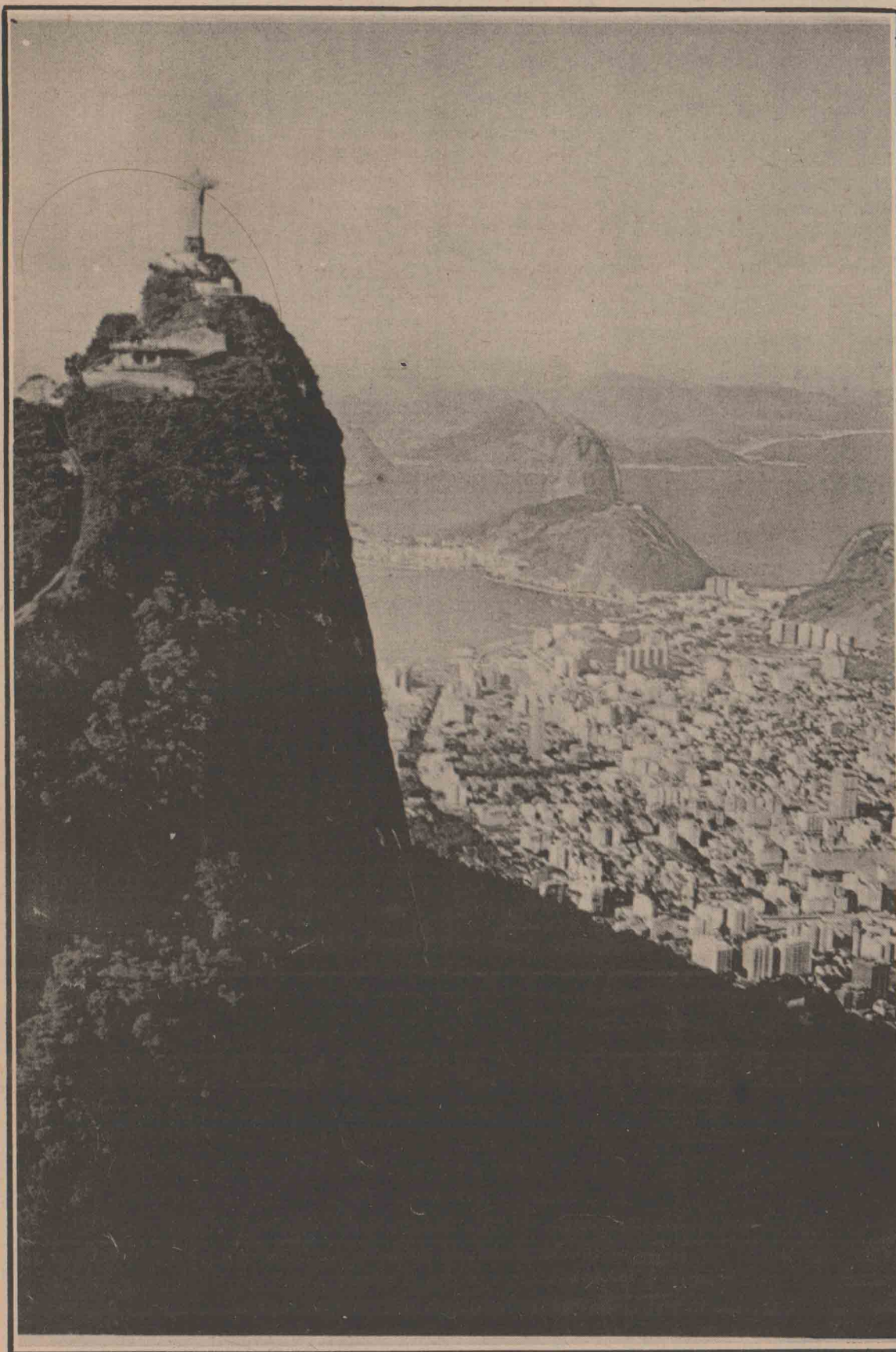
Finalmente, uma palavra de reconhecimento à Orquestra Sinfônica de Porto Alegre — OSPA — cujo Jubileu de Prata se comemora neste ano. Presidida pelo jornalista Osvaldo Goidanich e com a direção artística de Pablo Komlós, a orquestra está num estágio de pleno amadurecimento. Seus regentes em número de 96, dominam seus instrumentos com plena mestria, sob a batuta firme de seu regente titular. Graças a ela, nos tem sido possível manter contato com o mundo maravilhoso da música clássica e erudita, numa época em que somos cada vez mais condicionados aos sons primários de um chamado modernismo musical de origem duvidosa e lamentável procedência.



Luis van Beethoven



Pablo Komlós



O corcovado em primeiro plano e ao fundo a "sentinela da pedra" de Ribeyrolles.

O RIO DO SÉCULO XIX VISTO POR UM CRONISTA FRANCÊS

Estamos em frente ao Pão de Açúcar, e, posto que já tivesse anoitecido, eu vislumbrava, em brumoso perfil e algumas braças de mar, esse descomunal monólito pousado, como um gigante de atalaia, à entrada da baía. Ele está nu, de cor alvacenta e fulva, mordido de sol e vento. Não ostenta a mais pobre das coroas, nem uma planta verde, uma simples flor no cimo. E aqueles que o tem cantado como o gênio destas paragens, onde a vegetação bro-

ta espontânea das próprias pedras, nada entendem de símbolos.

O Pão de Açúcar, que se alça em ponta como os obeliscos de Cleópatra, assenta largamente em sua base. Sentinela avançada, eu o suspeito, em suas formas, um pouco de huguenote que recebe o embate das vagas e rompe as águas como um dique. Servia também de esca-recedor de alto-mar, antes de haver um farol na costa. Muitos navios em perigo saudavam a tiros de peça esse ve-

lho rochedo de aspecto singular que se eleva a mais de 100 braças em meio das ventanias.

Tínhamo-lo transposto cortando a onda serena a meia força de máquinas, e buscávamos distinguir à distância as praias perdidas na obscuridade, quando o forte de Santa Cruz, que vela o porto, à direita da entrada, enviou-nos uma salva. O inglês respondeu, tiro a tiro, no mesmo tom, e fundeamos em bom ancoradouro, atrás de Villegaignon.

A noite era mansa e clara. As ilhotas e o forte destacavam-se, aqui e ali, como pontos escuros. No horizonte do arquipélago irrompiam grandes massas, como ninhos de estrelas. Eram os Órgãos. Diante de nós estendia-se a cidade, adormecendo já, constelada de luzes. Mal distinguíam-se as fraldas longínquas onde se ocultam os morros e as pequenas ilhas. O Castelo, como o seu posto de sinais, brilhava como um Sinal, e o olhar seguia, na cadeia de fogos, a esplêndida garganta de mar que ondula até Botafogo. Deslumbrante, apesar das trevas (...)

À margem dessa baía assenta a cidade do Rio de Janeiro. Vista do Corcovado ela se estende a vossos pés, como uma península adornada de montes.

Sua primeira rua, que se chama Direita, embora às vezes ondulante, serve de base ao vasto tabuleiro que se desenvolve e se alonga até ao campo da Aclamação, tendo de um lado os morros do Castelo, de Santo Antonio, do Senado, até Santa Teresa, que faz muralha ao novo quarteirão de Matacavalos; e do outro os morros de São Bento, da Conceição e do Livramento, que vigiam a cidade pelo noroeste e se miram nas primeiras águas de São Cristóvão.

As águas interiores, que banham a cidade em seus dois flancos, têm suas margens orladas de chácaras, jardins profundos e pequenas vilas (...). Há sobre os morros belas casas de recreio onde se desfrutam as excelentes paisagens, a sombra, a frescura; e a terra firme, entre as duas baías, regurgita de população.

Poucas são as fábricas. Poucas as usinas, nesses arredores. Tem mais de Cápuá que de Manchester, Lyon ou Liverpool (...)

Detesto a noite de carvão e os nevoeiros artificiais. Mas, em minhas digressões ao longo das baías, através das colinas, senti muito não ver por aí, ofegantes, mais algumas chaminés, alguns palacetes menos. A indústria é o pão da pessoa nova. Desgraçada a cidade que o desdenha. São os desprezos que matam.

Mas o Rio, ao que se afirma, vive do comércio e pode repousar em seus generosos destinos de cidade-entrepasto e capital. Não se centralizam, porventura, em seus armazéns, as províncias de oeste e do sul? Não tem ela em seu porto os navios

de todas as nações que pagam ricos dividendos à Alfândega, e suas prerrogativas de metrópole, de sede de Império, com os grandes luxos e os grandes proventos?

Tudo isso, em verdade, pode-se dizer do Rio, como de Paris e de Londres; porém Londres e Paris têm especialidades de trabalho que lhes são peculiares. Sabem que a chuva de ouro que cai do alto é o orvalho que se transforma no suor das oficinas. Compreendem que uma cidade não deve permanecer como simples entreposto ou simples hospedaria, e ainda que gozem de privilégio soberano, não desdenham a ferramenta e metem mãos à obra. (...)

O Rio de Janeiro deveria, pois, em vez de adormecer em sua mole ociosidade de capital, criar a sua especialidade de trabalho, tomar a sua marca de fábrica, estabelecer a sua indústria, ainda que fosse só de doces, e dar-se um pouco menos ares de Veneza em suas chácaras.

Dir-se-á talvez que há crítica amarga nestas linhas e que aqui e acolá acentuamos demais fraquezas. Nada disso (...). Entreter com frases um povo que dorme é o mesmo que o trair. Aos espíritos sensatos devem-se justiça e verdade, e não supérfluas cortesias.

E o Rio de Janeiro podia ser maior que Veneza no velho mundo.

Este foi o Rio de Janeiro visto pelo jornalista francês Charles Ribeyrolles, em 1858, segundo tradução de Brasil Pitoresco, da Biblioteca Histórica Brasileira. Hoje, naturalmente, tudo está diferente. A cidade explodiu em crescimento: subiu e desceu morros, rasgou túneis e muitos desses morros desapareceram pelo efeito das gigantescas pás mecânicas do progresso. Até mesmo a decantada baía está diferente. Veja-se o que aconteceu com Copacabana e com a enseada do Botafogo.

Inclusive alguns dos morros de que fala o cronista não mais existem, tal é o caso do Santo Antonio e do Livramento.

Mas serve o registro como curiosidade geográfica e também para que os leitores do COTRIJORNAL tomem conhecimento do que visitantes estrangeiros disseram de nosso País nas diferentes épocas. Em futuras edições voltaremos com outros depoimentos.

ARI COM PROGRAMA DOS 40 ANOS DE FUNDAÇÃO



A Associação Riograndense de Imprensa estará comemorando dia 19 do corrente seus 40 anos de fundação. Para registrar a data, sua diretoria elaborou o seguinte programa, contendo alguns atos de sua iniciativa e outros de instituições públicas e privadas.

O programa foi iniciado com culto ecumênico dia 20 de

novembro no Templo de Reconciliação da Igreja Luterana, sito à rua Senhor dos Passos, 202, patrocinados pelos representantes das Igrejas Cristãs Ecumênicas.

Nos dias 24, 26 e 28, no auditório da Assembléia Legislativa, realizou-se festival de cinema, organizado pelo Clube de Cinema de Porto Alegre.

Dia 25, a Assembléia Legislativa realizou sessão solene, em homenagem à entidade. Na ocasião foram entregues prêmios do Certame de Jornalismo do Biênio de Colonização e Imigração, fases italiana, luso-brasileira e geral. A sessão foi solicitada pelos deputados Pedro Simon e Lélío de Souza, tendo sido aprovada por unanimidade.

Dia 27, em colaboração com a Prefeitura Municipal, foi colocado na praça D. Feliciano, o busto de Jerônimo Coelho, patrono da imprensa catarinense e doado pela Assembléia de Santa Catarina à ARI. À noite, o prefeito Guilherme Socias Villela re-

cebeu dirigentes dos veículos, presidentes das entidades de classe e dirigentes da ARI. O Programa foi organizado pela Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura.

Dia 2 de dezembro, a Câmara Municipal de Porto Alegre realiza sessão solene, por iniciativa da Mesa, ocasião em que será apresentada a medalha comemorativa da fundação da ARI, oferecida pelo Legislativo da cidade.

Para os seus associados foram elaborados três atos: dia 22, na Sala do Conselho, a diretoria da ARI recebeu os presidentes das entidades de classe, numa recepção de confraternização. Dia 6 de dezembro haverá churrasco de conagração, ao meio-dia. No dia 19, data dos 40 anos da ARI, em seu Salão Nobre, a ARI fará entrega de diplomas de sócios honorários e beneméritos, bem como de fundador, este destinado ao sócio fundador que se conservou nos quadros da entidade até hoje.

CLUBE HIPÓLITO DA COSTA VAI PROMOVER PALESTRA

O Clube de Imprensa "Hipólito da Costa", em fase de organização em Ijuí, programou para o próximo dia 6 seu primeiro encontro de caráter cultural.

Especialmente para falar para os homens de imprensa da nossa cidade e dos municípios da região, virão a Ijuí o presidente do Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre, João Borges de Souza; Elmar Bones da Costa, da diretoria da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre e editor do COOJORNAL e o presidente da Associação de Diretores de Jornais do Interior — ADJORI, Paulo Salzano Vieira da Cunha.

Os jornalistas porto-alegrenses abordarão sindicalismo, cooperativismo e jornalismo interiorano, submetendo-se após a debate na forma perguntas e respostas por parte do plenário.

Conforme se pode constatar, o Clube de Imprensa "Hipólito da Costa", apesar de não estar ainda juridicamente criado, já se preocupa em promover encontros do porte do que está programado para o próximo dia seis, graças ao esforço e espírito eminentemente profissional de seus idealizadores.

ENCONTRO DE EDITORES DIA 12 EM SÃO PAULO

Promovido pela Associação Brasileira de Editores de Revistas e Jornais de Empresa — ABERJE, realiza-se em Santo André, tendo por local o Clube Atlético Pirelli, o I Encontro de Editores.

O Encontro, marcado para o dia 12 do corrente mês, sob o título: "Aberje": Análise e Perspectivas", estudará as condições atuais do jor-

nalismo empresarial no País e suas possibilidades de crescimento num aperfeiçoamento que deve ser crescente.

Os jornalistas empresariais associados da ABERJE que desejarem participar desse I Encontro, deverão inscrever-se até o dia 5 de dezembro corrente, escrevendo para a avenida Paulista, 1009, 16º andar — CEP 01311 SÃO PAULO, SP.

COTRIJUI DÁ EXEMPLO

Professor DARCI W. ZIBETTI

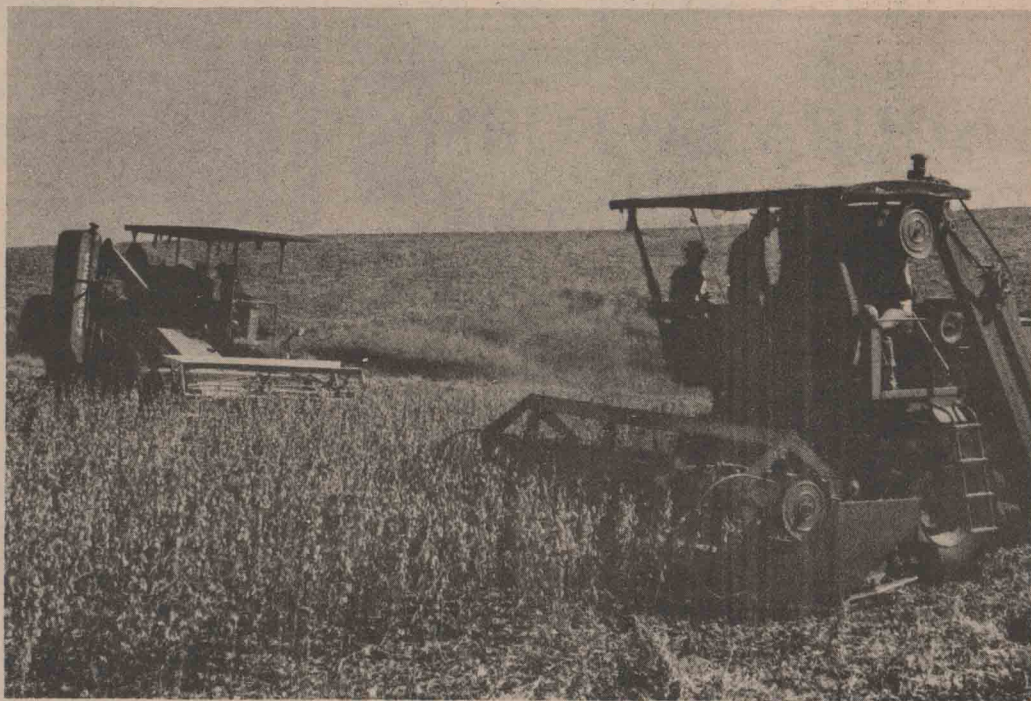
O Suplemento Rural do Correio do Povo publicou o seguinte artigo do professor Darcy W. Zibetti, em sua edição de 28 de novembro último, na seção Legislação Agrária:

"O Brasil adormecido da Amazônia começa a acordar. Com a construção da rodovia Transamazônica e início da Perimetral Norte, mais a ligação Cuiabá-Porto-Velho-Manaus demonstrou o País a sua decidida intenção de ocupar e explorar colonizando aquela vasta região quase continental. Não vamos nos ater a problemas, tais como a devastação das florestas e sua queimada como sua não utilização econômica, nem quanto à flora, a fauna tirando-lhe a qualidade de parque florestal e zoológico ao natural. Vamos analisar os aspectos positivos.

O Rio Grande do Sul deu exemplo de um planejamento de colonização. A área com características de agricultura foi toda lotada. Quando chegaram os imigrantes era só distribuí-los nos lotes. A História nos conta que os imigrantes distribuídos nos lotes não receberam aquele tratamento e assistência que era devida. Ficaram praticamente lançados à própria sorte que com o trabalho e esforço próprio contribuíram na construção do desenvolvimento e progresso que, hoje, o nosso Estado goza no conceito das unidades da Federação a nível internacional sem uma legislação que não existia, ou seja, do controle dos desmembramentos dos imóveis rurais que hoje existem, provocou a multiplicação de minifúndios que formam hoje, a maioria dos imóveis rurais do Estado. Como corrigir a situação? Há várias alternativas previstas em lei. Esse é um assunto a ser abordado especificamente. Porque falar em COTRIJUI ao se falar em Amazônia? A mesa redonda promovida por um jornal desta Capital, domingo último, esclareceu muitas dúvidas sobre o projeto da COTRIJUI na região Amazônica. Sabemos que pelo Decreto Lei 1.164, ficou constituída a Amazônia Legal definida em Lei, atribuindo ao INCRA, a ingente tarefa de discriminar as terras e legalizá-las, transferindo-as, nos termos da lei, a particulares.

Entendemos que é uma tarefa por demais ingente atribuída ao INCRA. Se a ocupação da Amazônia é de interesse nacional e de segurança nacional deve haver apoio integral, fortalecendo o órgão encarregado dessa missão. A participação do sistema cooperativista nessa tarefa, torna-se de uma valia inestimável. A COTRIJUI está dando um exemplo, participando nesse processo. Não conhecemos o projeto totalmente. De qualquer forma pelo sistema cooperativista realçado no Decreto 59.428/66, que regula a colonização a seleção das famílias, a assistência e sobretudo a comercialização dos produtos é assegurada. Será um projeto que bem implantado, amanhã ou depois se constituirá em sede de município. A área mínima de cada lote será de 100 hectares, sendo que 50% do lote de reserva florestal poderá ser substituída por cultura permanente como vai ocorrer com o projeto Burareiro, para cultura de cacau, em Rondônia. Evidentemente, que tipos de cultura de lá são diferentes aos tradicionais daqui. E, os futuros parcelários deverão ser orientados, já aqui, sobre tais cultivos. Acredito que dessa forma não se repetirá o que aconteceu com os imigrantes colonizadores do Sul nem com a implantação das agrovilas e rurópolis, de caráter experimental".

Antes de plantar todos os adubos são iguais. Na hora de colher é que você vai ver a diferença.



Não basta colocar na terra um fertilizante qualquer para garantir o êxito da sua lavoura. O fumo, cana, trigo, soja, arroz, feijão, amendoim, algodão, café, cada cultura enfim, como cada tipo de terra, exigem fertilizantes com composições diferentes e apropriadas.

Há 45 anos que o nome Trevo está associado a produção e distribuição de corretivos e fertilizantes, inicialmente no sul, e hoje em todo o país. Não jogue na sorte. Escolha logo o produto que você

conhece e sabe os resultados que ele pode lhe dar. Com Adubos Trevo você pode ficar sempre tranquilo.

ADUBOS TREVO
Indústrias Luchsinger Madörin S.A.

Av. Júlio de Castilhos, 435
Fone: 25-5455 - Cx. Postal 37 - Porto Alegre - RS
45 anos de experiência em fertilizantes

CANA-DE-AÇÚCAR OU MANDIOCA QUEM DÁ MELHOR CARBURANTE?

No momento em que se define a necessidade de se obter novos carburantes com vistas a livrar os países dependentes da irrefreável ganância dos componentes da OPEP, surgem dúvidas quanto a melhor matéria-prima para a produção do álcool. Será a cana-de-açúcar ou a mandioca?

Um técnico da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias), o engenheiro-agrônomo Adilson Nobre, é defensor da mandioca para a obtenção de álcool anidro destinado à combustão.

Em entrevista à Gazeta Mercantil de São Paulo, disse o referido especialista que um estudo da ONU, realizado em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas, revela que o brasileiro médio obtém da mandioca mais da metade das calorias necessárias à sua alimentação de todos os dias. Enfatiza o técnico que esse fato leva os pesquisadores e técnicos em geral a defender o uso da mandioca como matéria-prima de melhor qualidade para o álcool destinado a ser dosado na gasolina.

A razão da primazia da mandioca sobre a cana-de-açúcar segundo Adilson Nobre, é sua superioridade tanto no que se refere à combustão como também para alimentação humana, com o que se estará solucionando dois problemas vigentes no Brasil. Ele enfatiza "que é enorme a quantidade de subprodutos possíveis de serem obtidos com a mandioca.

A farinha de mandioca, enriquecida com proteína isolada de soja, pode permitir uma me-

lhoria na dieta alimentar do brasileiro, especialmente das populações de renda mais baixa. Em 1973, cada habitante da zona rural consumiu, em média, 200 quilos de mandioca enquanto nos centros urbanos o consumo é de 40 quilos per capita.

PESQUISA ENGAVETADA

Apesar de já ser cultivada no país em 1500, a mandioca ainda não mereceu, segundo o técnico, estudos que indicassem, com detalhes, como enriquecer o teor de amido contido no produto e do qual é produzido o álcool carburante. Existem algumas pesquisas engavetadas e se o governo resolver colocar em prática o pouco que já se estudou, criando centros pilotos, será possível em um ano obter grandes melhorias na qualidade das mudas.

O engenheiro agrônomo diz que através dos centros pilotos o governo pode incentivar a criação de cooperativas onde os pequenos produtores se aglutinem, passando a mandioca a servir como um "autêntico Mobral do meio rural, incrementando a produção, a qualidade de produto, melhorando a alimentação da população e fabricando o álcool anidro que vai representar menores gastos em petróleo".

Para se obter 2,8 bilhões de litros de álcool carburante (tomando como base 20 por cento de mistura na gasolina) é necessário um aumento de 840 mil hectares em cultivo de mandioca, cultura que Adilson pensa dever ser

extensiva e sem sofisticação, usando a grande mão-de-obra disponível no meio rural.

Em relação à industrialização, o processo poderá ser feito em grande escala se os equipamentos usados no setor forem atualizados, "porque o álcool da mandioca é obtido hoje com máquinas de mais de 30 anos", fato que o técnico interpreta como mais um argumento dos que defendem a cana-de-açúcar para a produção de álcool.

COMPETIÇÃO

"Como já existe uma indústria de equipamentos da produção canavieira, seus representantes juntam-se aos grandes produtores para dizer que só a cana pode servir como matéria-prima. Mas qualquer técnico sabe que isso não é verdadeiro cabendo ao governo incentivar o aparecimento de indústria apta a fornecer os equipamentos, simples e de tecnologia barata, que a mandioca

merece receber para poder competir em melhores condições", afirmou.

Existe uma pesquisa pronta, e engavetada, sobre as necessidades em máquinas e equipamento para atualizar a indústria da mandioca. O trabalho foi feito pelo Centro de Tecnologia Agrícola e Alimentar, em conjunto com o Conselho Nacional de Pesquisas e a Cooperativa dos Produtores e Exportadores de Mandioca de São Paulo, em 1972 e pelo levantamento, seus autores já defendiam, há três anos atrás, a necessidade de formação de um núcleo industrial para produção de equipamentos, que possibilitarão ao país fabricar álcool anidro e melhorar a qualidade de diversos subprodutos industrializados da mandioca, permitindo inclusive a exportação de algum excedente".

A mandioca de Santa Catarina produz o melhor amido e a melhor fécula do mundo, mas, na região, a indústria opera com

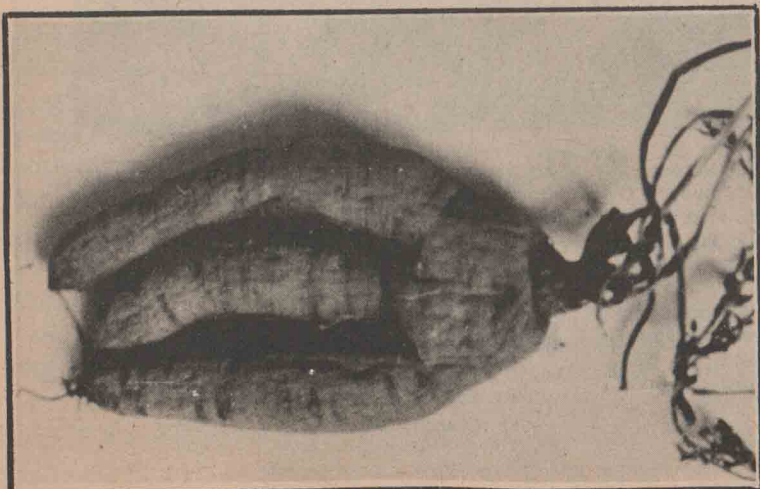
20 por cento do seu potencial. Enquanto isso, a mandioca e seus produtos, devido a má qualidade, não encontram cotação no mercado externo. Até oito anos atrás o interior do Estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo era quase inteiramente ocupado pela mandioca. O técnico da Embrapa conta que, à semelhança do que ocorreu nas diversas regiões produtoras do país, no Estado do Rio, logo que surgiu a Cooperativa dos Produtores de Açúcar Fluminense (Coperflu) começou-se a incentivar o plantio de cana e, agora, mais de 60 por cento da agricultura foram convertidos para este novo setor. Apesar de cultivada em más condições, a mandioca oferece 180 litros de álcool anidro por tonelada, enquanto o açúcar oferece 67 litros com uma melhoria do teor de amido na mandioca. Adilson Nobre acredita que a produção de álcool pode aumentar em bons índices.

CENOURA EM FORMA DE MÃO HUMANA

O sr. Augusto da Silva, presidente do núcleo de Redentor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí, em Mauá, trouxe para o COTRIJORNAL a curiosa cenoura que aparece na foto. Com a forma de uma mão com três de-

dos apenas, a cenoura foi colhida em sua propriedade.

Fotos ou frutos agrícolas in natura de aparência estranha, devem ser remetidos, com o maior número possível de detalhes para A COTRIJUI, Caixa Postal, 111 98.700 - IJUÍ - RS.



Basagran®

Nunca houve um herbicida para soja igual a este.



Basagran é o último estágio de evolução tecnológica na cultura da soja.

10 anos de experiências em laboratórios e campos de pesquisas permitiram a criação do herbicida definitivo para a soja.

Basagran, o único herbicida post-emergência para soja. Isso quer dizer segurança.

Você aplica apenas onde aparecem as invasoras de folhas largas. Não precisa aplicar em toda a lavoura.

Basagran não depende do tipo de solo, nem da ativação pela água da chuva.

Basagran é único. Basagran é a solução definitiva contra o Picão Preto, Guanxuma, Nabo, Corriola, Chifre de Veado, Erva de Bicho, Picão Branco, Quinquilhó e a Trapoeraba. E contra muitas outras mais.



Consulte sua cooperativa, seu agrônomo ou diretamente o corpo técnico da Basf sobre a utilização e aplicação correta de Basagran.

Basagran é econômico. Você resolve o problema e ganha muito mais na colheita final da soja.

Basagran - nunca houve um herbicida para soja igual a este.

BASF

TÉCNICOS DO PLANASEM VISITARAM BRASIL-SUL

Um grupo de 30 engenheiros-agrônomos pertencentes à Divisão de Sementes e Mudas do Departamento Nacional de Produção Vegetal, organismo responsável pelo programa do Plano Nacional de Sementes — PLANASEM — visitaram em viagem de estudos os três Estados do sul.

Participaram da viagem-estudo técnicos de 12 Estados das regiões Norte-Nordeste-Centro, sob a coordenação-geral do DNPV/DISEM, de Brasília, saindo de Curitiba no dia 11 de novembro e concluindo os estudos em Rio Grande — no Terminal Graneleiro da COTRIJUI, no último dia 29.

Falando à reportagem o engenheiro-agrônomo Nahum Isaac Klein, assistente do DISEM/DNPV e coordenador da excursão, a viagem teve a finalidade de mostrar aos técnicos responsáveis pelo Plano Nacional de Sementes na Área B — Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o trabalho que vem sendo desenvolvido na Área A — Sudeste e Sul, aonde o trabalho foi implantado há mais tempo e onde há inclusive uma maior experiência.

Na viagem realizada os técnicos do PLANASEM, todos en-

genheiros-agrônomos, tiveram oportunidades de entrar em contato com as comissões estaduais de sementes e mudas e sub-comissões especializadas. Especial ênfase foi dada às visitas de campo de sementes unidades de beneficiamento, cooperativas produtoras e indústrias setoriais da agricultura e unidades de beneficiamento.

O roteiro de visitas nos Estados componentes da Área A, foi: Ponta Grossa, Londrina e Maringá, além de Curitiba, no Paraná; Florianópolis, Blumenau, Rio do Sul e Mafrá, em Santa Catarina e Porto Alegre, Passo Fundo, Cruz Alta, Panambi, Pelotas e Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

Em dois municípios gaúchos ou seja, em Ijuí e Rio Grande, os técnicos entraram em contato com unidades da COTRIJUI. Em Ijuí, onde estiveram no dia 26, visitaram as instalações da sede atual e da futura sede em fase de conclusão no bairro industrial, onde tomaram conhecimento da dinâmica operacional da cooperativa. E em Rio Grande, onde estiveram no dia 29, observaram o Terminal Graneleiro em serviço na carga e descarga de navios.

É a seguinte a relação nominal dos técnicos e respectivos Es-

tados de procedência: Nahum Isaac Klein (coordenador) e Tasso Santiago Botelho, Brasília; Nilton Augusto Passos e Sebastião Vitor da Silva, Amazonas; Manoel Milton Ferreira da Silva, Pará; João Pedro dos Reis Lyra e Aderbal Pinto Bandeira, Maranhão; Carlos Alberto de Araújo e Epitácio Neres dos Santos, Piauí; João Evaldo Moreira, Gilvan Alexandre Rosas e Afonso Rodrigues Fernandes, Ceará; Aldo Barreto de Paiva e Mário Marcelino de Oliveira, Rio Grande do Norte; José Hemerson de Almeida Barretos e Nilton Bastos Lisboa, Paraíba; Hélio Didier de Moraes, João Ernesto do Rego Neto e Genival Monteiro da França, Pernambuco; Otávio Tavares Vieira e José Brandão, Alagoas; José Figueiredo Melo, Wilson Lima e José Alfredo Seixas, Sergipe; Guilherme Luiz de Carvalho Marbeck, Adel Gomes Costa e Raimundo Nonato Vieira de Sá, Bahia e Si-gué Matsuo, Goiás.

PESQUISADO NO MEXICO E AGORA TESTADO AQUI O TRITICALI: A NOVA OPÇÃO PARA NOSSO PÃO

Experimentado no México a partir de 1939 foi cultivado posteriormente na Etiópia, no Quênia e na Índia. Chama-se triticali, um novo cereal cruza de centeio e trigo, que agora, segundo pesquisas de campo realizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA, parece ser boa alternativa para o Brasil.

Conforme os jornais de Porto Alegre, o triticali não está ainda bem desenvolvido e a farinha resultante do novo cereal apresenta problemas de industrialização devido à sua cor amarelada.

No entanto, as pesquisas em andamento no Centro do Trigo da EMBRAPA, realizada com material vindo do

México e desenvolvido pelo Centro Interamericano de Melhoramento do Trigo e Milho, destinam-se ao melhoramento do cereal, ao mesmo tempo em que procura adaptá-lo às condições de clima e solo do nosso País.

Segundo o técnico Norman Borlaug, Prêmio Nobel da Paz de 1970, que esteve em Passo Fundo no mês passado observando o desenvolvimento da planta, o triticali se adapta a solos com teor de acidez mas é bastante suscetível a doenças que ainda são incontroláveis. Afirmou o especialista que embora o triticali venha sendo pesquisado a nível de campo desde 1939, somente nos últimos sete anos apresentou resultados satisfatórios no México.

CLASSIFICAÇÃO DE SEMENTES QUER POSTO NA FRONTEIRA

O chefe do Serviço de Relações Públicas do Ministério da Agricultura no Estado, sr. José Pedro Lopes de Souza, de passagem para Santa Rosa, esteve visitando a COTRIJUI tendo mantido contato com o vice-presidente Arnaldo Oscar Drews e os diretores Nedy Rodrigues Borges e Euclides Casagrande, dos departamentos Técnico e de Armazéns. Visitou também a redação do COTRIJORNAL, onde declarou a intenção do Ministério da Agricultura de instalar uma estação de controle de sementes na fron-

teira com a Argentina, possivelmente em Porto Xavier, para que haja um controle mais efetivo de semente.

Em Santa Rosa, o sr. Lopes de Souza vai manter contatos com os organizadores 3ª FENASOJA, a realizar-se no período de 27 de março a 4 de abril de 1976, e onde o Acordo de Classificação do Ministério da Agricultura estará presente com um estande de amostras com a totalidade das sementes agrícolas e de pastagens produzidas na região.

PREVENÇÃO DE ACIDENTES EM UNIDADES DA COTRIJUI

Em cumprimento às determinações contidas na Portaria nº 32 do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho, foram instaladas duas comissões na área da COTRIJUI, com cobertura total através de representantes credenciados pela empresa.

As comissões tem sede em Ijuí e Santo Augusto, sendo presididas, respectivamente, pelos

srs. Roberto Kapsa e eng. agr. Realdo Cervi. A comissão de Ijuí tem jurisdição em Vila Jóia (Tupanciretã), Augusto Pestana e Ajuricaba e a de Santo Augusto abrange também as unidades próximas localizadas em Chiapetta, Coronel Bicaco e Tenente Portela. Essas sub-comissões tem representantes credenciados que comparecem às reuniões da comissão-matriz, sempre que solicitado.

GALPÃO RURAL «IMASA»

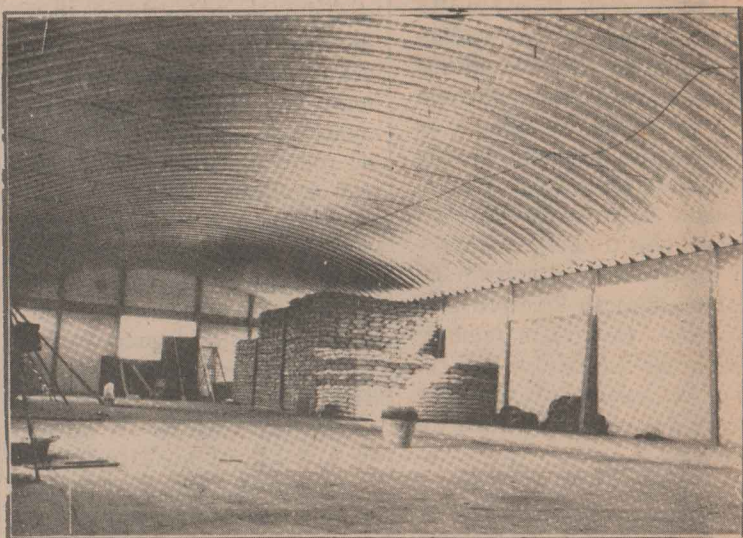
Você faz a terraplenagem do terreno e não se incomoda com mais nada.

O preço total da obra é determinado previamente.

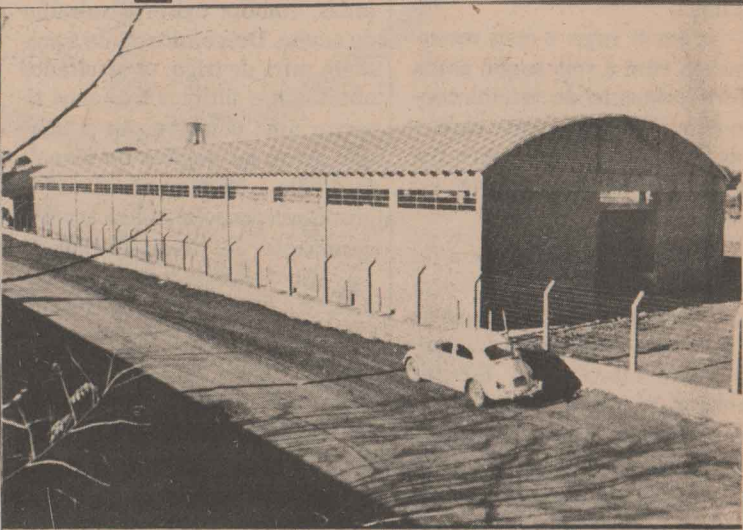
Não há perigo de estourar o "orçamento".

Preço altamente vantajoso. Qualidade comprovada. Garantia total. Financiado pelo Banco do Brasil.

Excelente acabamento. Projetado para atender aqueles que se orgulham em dirigir uma fazenda bonita e bem organizada.



↑ interno externo ↓



Informações com os representantes

GRUPO INDUSTRIAL IMASA

BR 285 - KM 340 - FONE 2689 - IJUI - RS

AGRICULTURA E PECUÁRIA É HORA DE DIVERSIFICAR

Eng. Agr. Renato Borges de Medeiros

As principais culturas nas regiões do Planalto Médio e Missões eram, há menos de 10 anos, milho, mandioca, cana-de-açúcar, feijão preto e, paralelamente, ocorria também a pecuária de corte na grande propriedade, e a pecuária leiteira e suína nas propriedades menores. Atualmente, estas regiões se caracterizam basicamente pela exploração agrícola sendo suas principais linhas de produção o trigo e a soja, responsáveis, segundo dados estatísticos publicados em 1973, por mais de 60% do valor total da produção lavoureira do Estado. Nas propriedades menores ainda ocorre com alguma expressão a pecuária leiteira e a suinocultura. Entretanto, a sucessão trigo/soja se constitui no principal fator de renda e emprego. Com estas lavouras esboçou-se um sentido empresarial da atividade privada, pois estes cereais, especialmente o trigo, se apresentou como a variável decisiva do ponto de vista de inovação tecnológica. Foi um momento de profundas transformações, pois trouxe a mecanização da lavoura no preparo do solo, na aplicação de corretivos e defensivos. Ocorreram também as sementes fiscalizadas, bem como se estabeleceu um dinâmico intercâmbio entre a pesquisa e o meio rural.

Estes cultivos também proporcionam o crescimento das indústrias de máquinas e implementos agrícolas para os mais diversos fins.

Com o trigo e mais recentemente com a soja surgiu ainda o fortalecimento do sistema cooperativo, que juntamente com o poder público investiram na infraestrutura de armazenamento e transporte.

O crescimento da lavoura foi de tal ordem que somente a soja em 1973, participou com mais de 35% da renda da lavoura, liderando as exportações do Estado. Coube às regiões do Planalto Médio e Missões a maior contribuição. O trigo, por sua vez, em 1971, produziu mais de 76% do total do trigo produzido no país, caindo para 66% em 1972. Contudo, em 1973, não só pela frustração ocorrida em 1972, mas também pelo baixo preço mínimo fixado pelo governo, ocorreu uma redução em torno de 30% na sua área de cultivo. A partir daí, por medidas governamentais, o trigo voltou a apresentar um acentua-

do crescimento na sua área de cultivo. Crescimento este que não experimentou aumentos significativos de produção, sendo que na presente safra os rendimentos poderão cair até 50%.

Os aumentos nos volumes de produção destas duas culturas resultaram basicamente da incorporação de novas áreas de cultivo, já que a produtividade não apresentou incrementos satisfatórios. A escassez de terra, principalmente nos municípios onde ocorrem propriedades pequenas, trouxe o encarecimento da produção pela necessidade do aproveitamento de áreas de menor fertilidade, bem como de áreas com certas limitações para os cultivos anuais. Os economistas explicam que grande parte deste crescimento horizontal da produção é o resultado de uma ineficiente racionalização na combinação dos recursos: terra, mão-de-obra, capital e administração. Embora considerando todos os fatores que interferem negativamente na rentabilidade das lavouras como ocupação de áreas inadequadas, problemas de fertilidade, elevação nos preços de insumos, oscilações de preço dos produtos, segundo estimativas do Dpto. Técnico da COTRIJUI, a última lavoura de soja apresentou uma receita líquida de Cr\$ 1.000,00/ha. Igualmente a penúltima lavoura de trigo apresentou um retorno satisfatório. Contudo na presente safra de trigo as estimativas não serão alcançadas, embora exista o subsídio do adubo. Desconsiderando a presente safra de trigo, os resultados obtidos nos últimos três anos tiveram uma contribuição positiva que gerou nas regiões do Planalto Médio e Missões um clima de otimismo, consolidando a sua denominação de "Região Celeiro".

Se de um lado o extraordinário desenvolvimento alcançado pelas lavouras do Planalto Médio e Missões precisa ser mantido, de outro lado, é necessário desencadear com urgência um processo de inovação tecnológica na atividade pecuária. Estes dois objetivos só poderão ser alcançados através da integração da lavoura com a pecuária.

Com a integração deverá surgir um sistema cíclico de produção, onde os produtos que não são consumidos diretamente pelo homem sejam transformados em produtos prontamente consumíveis. E isto necessariamente implica na atividade pecuária, onde

surgem como muito importante para o Planalto Médio e Missões, a suinocultura, o gado leiteiro e a pecuária de corte.

Ao analisarmos a evolução da lavoura nos países mais desenvolvidos verifica-se que à medida em que ela progrediu, também progrediram as atividades pecuárias. Parece estranho, mas de um modo geral constata-se que as regiões mais produtoras de grãos são exatamente as que possuem as maiores populações de animais. Este fato é perfeitamente constatável no meio-oeste norte-americano e nos países europeus. Nos EUA, por exemplo, onde ocorrem as maiores produções de milho e soja é onde ocorrem também as maiores produções de carne e leite. A pequena Holanda é outro exemplo desta coexistência. Isto demonstra que a lavoura é estreitamente compatível com a criação animal, isto é, são atividades que se completam.

Já correm notícias nos veículos de informação de que em breve o país estará importando carne bovina para atender a sua demanda ativa. Recentemente foi noticiado que o INAN, na sua impossibilidade de conseguir leite em pó nas usinas brasileiras, importou leite em pó para atender a sua programação. Estas notícias são frequentes e, por isso, devem ser consideradas, embora se saiba que o fornecimento destes produtos às populações ainda não sejam críticas. Contudo poderão num futuro próximo, implicar em gastos desnecessários para o país se estes produtos não experimentarem uma sensível melhora na produção.

Aliado aos fatos até aqui apontados é necessário ainda considerar que nas regiões do Planalto Médio e Missões é frequente à presença de pequenas propriedades. Face a isto a mecanização liberou mão-de-obra, que de acordo com levantamentos realizados pelo INCRA, em 1973, a familiar acusou um excedente em torno de 30% e a mão-de-obra rural assalariada mais de 70%. Também as máquinas não estão sendo utilizadas em sua plena capacidade de uso.

Analisando todos os fatos aqui apresentados é fácil concluir que o setor pecuário deve receber o mesmo tratamento que é dado ao setor lavoureira. O mercado interno deve ser ativado no sentido de um maior processamento

dos grãos. E isto, naturalmente implicará na coexistência da lavoura com a pecuária. Na grande propriedade pode ser sugerido o engorde de bovinos, uma vez que carne bovina no Brasil ainda deve ser produzida à base de pastagens. Nas propriedades menores deve ser reativada a exploração leiteira e a suinocultura.

Com relação ao leite, que é um tema atual, já está em andamento um estudo para dimensionar as potencialidades da região de ação da cooperativa. Paralelamente estão sendo feitos contatos e visitas com o objetivo de buscar informações e subsídios para que se possa partir para um programa sério e de grande alcance.

À medida que o sistema atual de exploração entrar na diversificação de atividades, as melhorias serão muitas. Em primeiro lugar, o excedente de mão-de-obra, de

um modo especial o assalariado, poderá ser sensivelmente reduzido, uma vez que as atividades pecuárias exigem uma mão-de-obra mais intensa e permanente. As máquinas, da mesma forma, poderão ser melhor aproveitadas e assim atingir o seu nível de eficiência econômica. O solo, pelo aumento das áreas de pastagens, poderá ser utilizado de acordo com a sua real capacidade de uso.

Enfim, a diversificação, que sem dúvida é o melhor caminho para a nossa agricultura, dará aos produtores condições de suportar as naturais crises da economia do setor primário. E o Brasil, por sua vez, com um mercado interno forte e dinâmico, terá melhores condições de se lançar no mercado externo, porque terá suficiente força econômica para resistir à concorrência de seus competidores.

PASTO ITALIANO: PRONTA ENTREGA

A COTRIJUI dispõe de sementes fiscalizadas de pasto italiano, para entrega imediata.

Os interessados podem fazer contato com o Departamento Técnico da COTRIJUI pelos fones: 2159, 2160, 2161, 2162, e 2163, em Ijuí, ou no Escritório em Porto Alegre, Praça Oswaldo Cruz, 15 — 25º andar, conj. 2512 fone 25.04.24.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CORONEL BICACO

CORONEL BICACO — RIO GRANDE DO SUL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

BRAÚLIO MARTINS DA ROCHA, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coronel Bicaco, RS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 23 (vinte e três) Inciso II dos Estatutos Sociais, convoca todos os senhores associados em condições de votar, para uma Assembléia Geral Extraordinária a ter lugar no próximo dia 14 de dezembro de 1975, nas dependências do Salão Paroquial da Igreja Matriz da Cidade de Coronel Bicaco, às 8,00 horas em primeira convocação com a presença da metade mais um dos associados em condições de votar ou em última convocação às 9,00 horas no mesmo local, com a presença de qualquer número de associados presentes, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

- 1 — Alteração dos Estatutos Sociais
- 2 — Construção do Ambulatório Médico Social Rural sem Leitos
- 3 — Assuntos diversos.

Cel Bicaco, 14 de novembro de 1975

BRAÚLIO MARTINS DA ROCHA
PRESIDENTE

BROCA DO COLO O AZAR DA SOJA

Eng. Agr. Enio Hamilton Siqueira

Geralmente nos meses de dezembro, janeiro e até fevereiro, em algumas regiões, quando a temperatura é elevada e a umidade do solo é baixa, ocorre grande incidência da broca do colo da soja, cujo nome científico é "elasmopalpus lignosellus".

Em certas lavouas chega a preocupar os agricultores em virtude da dificuldade de combate, pois como veremos a seguir, os hábitos e o modo de ataque da praga não permitem um controle efetivo e quando as condições climáticas são favoráveis causam relativos danos à lavoura de soja.

CARACTERÍSTICA DA PRAGA

É uma lagartinha que atinge 16 milímetros de comprimento, exibindo cor esverdeada na face dorsal, com lados mais claros e ventre mais claro ainda. Cada segmento do corpo apresenta a metade posterior marrom-avermelhada e linhas longitudinais mais ou menos onduladas, dessa mesma cor. Três primeiros pares de pernas castanho-claro e falsas pernas ou pernas abdominais mais claras.

ADULTOS

São pequenas mariposas com envergadura variável de 15 a 22 milímetros. Os machos têm asas anteriores pardo-amareladas, com as margens apical e anal quase pretas. Nas fêmeas, essas asas são de coloração mais ou menos uniforme, cinzento-escuro. Asas superiores de ambos os sexos esbranquiçadas, quase transparentes com margens apical marrom e dotada de franjas.

HÁBITOS

As mariposas são de hábitos noturno. Durante o dia permanecem escondidas sob as folhas das plantas hospedeiras. Surpreendidas quando se percorre uma lavoura, voam rapidamente, pousando logo adiante no solo ou nas plantas, onde se escondem. Pousando, ficam com as asas bem encostadas ao corpo. As lagartinhas enquanto pequenas, podem se alimentar das folhas tenras das plantas hospedeiras. Logo, porém, procuram a base das plantas penetrando no colo ou mais abaixo, fazendo uma galeria dirigida

para cima, cujo diâmetro aumenta à medida que crescem as lagartas. Junto ao ponto de penetração constroem um abrigo, reunindo partículas de terra, excrementos e outros detritos, com fios de seda. Quando se examina uma planta atacada nem sempre é encontrada a lagarta. Arrancando-se a planta, quase sempre o abrigo se destaca, permanecendo no solo. Para que isso não ocorra, deve-se afrouxar a terra em torno da planta. As lagartinhas quando molestadas caracterizam-se por uma pronta reação, saltando ativamente em todas as direções.

DANOS

Os maiores danos são ocasionados em plantas novas. Nesses casos, em poucas horas murcham as folhas e as plantinhas terminam morrendo após 2 ou 3 dias. Às vezes observa-se o ataque mesmo antes do surgimento das folhas, vendo-se apenas os cotilédones aflorando na superfície. Uma só lagarta pode atacar e matar várias plantinhas. Não raro elas são vistas deslocando-se sobre o solo, passando de uma planta a outra. Cada lagarta perfura uma galeria por planta.

Estes danos persistem até as plantas atingirem cerca de um palmo de altura. Plantas mais desenvolvidas suportam melhor o ataque por terem tecidos mais resistentes. Porém a lagarta danifica o tecido do colo roendo a casca. Em consequência desse ataque as plantas ficam com o desenvolvimento retardado e quebram facilmente pela ação do vento.

COMBATE

O combate da broca do colo da soja é muito difícil e raramente o agricultor o efetua; porém quando o ataque é muito forte, favorecido pelas condições do clima, prejudica a produção, ainda que a distribuição do ataque não seja uniforme. Algumas lavouas podem ser completamente arrasadas, enquanto que outras demonstram ação da praga através de grandes falhas na plantação.

Antes do plantio poderão ser tomadas medidas para evitar ou diminuir o ataque da broca do colo: preparo esmerado do solo;

evitar o plantio em época de seca; boa adubação.

Aconselha-se também a aplicação de inseticidas com pulverizações preventivas logo após a emergência das plantinhas sobre a linha. Porém cada agricultor deverá estar atento às condições climáticas e se as mesmas forem favoráveis ao desenvolvimento da praga, tomar estas medidas ou consultar o Departamento Técnico da COTRIJUI para um combate adequado. Os inseticidas recomendados são:

PRINCIPIO ATIVO - CLASSIFICAÇÃO ALGUNS NOMES COMERCIAIS

Endrin
Lindane
E P N
Carbofenotion
Fosfamidon
Carbaryl

Clorado
Clorado
Fosforado
Cloro-Fosforado
Cloro-Fosforado
Carbamato

Endrex, Nitrosil, Endrin
Isolin, Perfektan
— —
Trithion
Dimecron
Sevin, Carvin, Dicarbam



adubos
pampa s.a.
o verde da terra
CANOAS

REPRESENTANTES: Comércio e Representações Agrícolas Caçula Ltda.
R. 15 de Novembro, 448 — IJUI — RS.

AS ERVAS DANINHAS E OS HERBICIDAS

Tec. Agr. Orivaldo Pruinelli

O aumento do custo das operações e a redução das colheitas causadas pelas ervas daninhas, tem sido um dos maiores problemas das atividades agrícolas. As ervas daninhas competem com as culturas em água, luz, nutrientes e espaço. Forçam o cultivo do solo, tornando-o mais compacto e dificultam a colheita, depreciando o produto pelas impurezas que poderá apresentar.

Algumas ervas são hospedeiras de insetos e patógenos (que produzem doenças) e muitas delas são tóxicas aos animais. Os agentes mais comuns de propagação das ervas, são: ventos, água, animais, o homem e seus meios de transporte.

As ervas daninhas têm causado prejuízos incalculáveis, tornando-se as maiores concorrentes dos agricultores, desde que o homem começou a cultivar economicamente a terra. Segundo fontes pesquisadoras, diz-se que uma simples planta de mostarda brava retira do solo duas vezes mais nitrogênio e fósforo e quatro vezes mais potássio do que uma planta de aveia.

MÉTODOS DE COMBATE ÀS ERVAS DANINHAS

Os métodos de combate às ervas daninhas se classificam em dois grupos, preventivos e destrutivos.

Preventivo é aquele que visa o impedimento da introdução das ervas na lavoura, que pode ser feito plantando sementes limpas e mantendo limpas as colheitas antes das colheitas.

Destrutivo é o método que visa eliminar as ervas já existentes na cultura, incluindo a munda, capina manual, cultivo, ceifa, inundação, fogo, rotação, de culturas e os métodos químicos, nos quais se utilizam produtos químicos, ou seja, herbicidas para o combate das ervas.

O uso dos métodos químicos apresenta as seguintes vantagens: menor compactação do solo, devido ao menor número de aplicações de cultivo; menores da-

nos às raízes das plantas; facilidade de trabalho; método mais rápido; o controle das ervas é possível mesmo em épocas de muita chuva; controle de ervas que se multiplicam vegetativamente por raízes, rizomas e troncos; aumento de produtividade e menor custo.

Os herbicidas, pelo seu modo de ação, podem ser classificados em herbicidas seletivos e não seletivos. Os herbicidas seletivos são os que causam a toxicidade a um certo número de plantas, deixando de atuar sobre outras. Não seletivos são os herbicidas que eliminam todas as plantas sem distinção de espécie.

ATIVIDADES DOS HERBICIDAS

São vários os fatores que intervêm na atividade dos herbicidas, como o calor, chuva, umidade, matéria orgânica, acidez do solo e estado negativo das ervas daninhas.

Calor: nas zonas de mais calor a decomposição do produto é mais acelerada.

Chuva: tem influência sobre os produtos mais solúveis, favorecendo a ação dos menos solúveis.

Umidade do solo: fator importante nos tratamentos de emergência; nos solos úmidos a solubilização dos produtos é mais rápida.

Matéria orgânica: os solos com alto teor de matéria orgânica requerem dosagens maiores de herbicidas, em virtude de sua elevada capacidade de absorção pelas ervas daninhas.

Acidez: nos solos de PH mais baixos, a elevada acidez determina a decomposição do produto mais rapidamente.

Com referência à sua aplicação, os herbicidas podem ser classificados em pré-plantio e pós-emergência. Quando o tratamento é feito antes do plantio, chamamos de pré-plantio. E quando feito depois de nascerem as ervas e as culturas, chamamos de pós-emergência.

O ESQUECIDO FEIJÃO PRETO

Téc. Agr. Vilmar Hendges

Como o feijão entra na alimentação do homem nas formas de grãos secos, grãos verdes e vagens verdes, podemos considerar esta leguminosa a base da alimentação do Brasileiro.

A cultura do feijão preto é considerada uma alternativa econômica, principalmente na área do minifúndios, face aos preços compensadores que o produto vem obtendo no mercado consumidor.

Nos últimos anos a produção de feijão tem decrescido. Há desinteresse em plantar esta cultura. As poucas plantações se localizam nas regiões de pequena propriedade e visam a subsistência familiar mais que o mercado. Por tradição, as lavouras são plantadas em terra coivara, onde o solo tem uma fertilidade natural suficiente para permitir a produção. Acontece que estas terras quase não mais existem e são muito acidentadas, geralmente encosta de morro, impedindo o uso das mínimas técnicas culturais exigidas pela cultura. Nestas condições

os rendimentos são muito baixos, desestimulando os investimentos em insumos e técnicas culturais. A lavoura de feijão preto está em franca decadência, mas existe solução:

— Primeiro, analisar o solo para após uma recomendação técnica na parte de uso de calcário e adubo de acordo com a análise.

— Segundo, plantar variedades que se adaptem a região, respeitando a época correta de plantio e espaçamento.

— Terceiro, cuidar da lavoura, capinando e combatendo as pragas na época certa.

— Quarto, o ciclo do feijão varia de acordo com as variedades, de 80 a 100 dias e a colheita deve ser feita quando as vagens estiverem secas, mas não quebradiças, a fim de evitar as perdas e a qualidade dos grãos.

O feijão é uma cultura de primavera e verão frescos, sem muita chuva, isto é, não tolera baixas temperaturas, assim como ventos frios, podendo ser cultiva-

da sem maiores problemas em nossa região. Prefere solos profundos e bem drenados. As melhores terras para seu cultivo são aquelas bem providas de matéria orgânica e elementos nutritivos.

A experiência nos mostra que feijão preto não dá somente em canteiros, como também em lavouras de maior extensão. A lavoura de feijão padece pela impossibilidade de mecanização de colheita, ainda que esta seja simples; padece por causa das variedades geneticamente deficientes e ainda pela existência, até agora, de uma agricultura empresarial do produto e também pela grande suscetibilidade a geadas e secas.

A Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias-EMBRAPA, uma de suas metas prioritárias é dar suporte tecnológico que permita a um alimento tão importante dentro da dieta do brasileiro, ter uma agricultura compatível com esta posição.

Um feijão que possa ser colhido mecanicamente, que seja mais resistente à seca, geada e de maior produtividade. Também podemos acrescentar que o feijão já entrou no plano de compra estatal onde é fixado um preço mínimo e as cooperativas são os órgãos indicados pelo Governo para a recepção deste produto.

ESTADO TEM DISTRITO FLORESTAL

O governo federal, através do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), aprovou o Distrito Florestal do Rio Grande do Sul, segundo anunciou o secretário da Agricultura, Getúlio Marcantônio.

O secretário deu a informação no dia 19 de novembro em seu gabinete onde se encontravam o delegado regional do IBDF Júlio César Correa, o presidente da Associação Brasileira de Empresas Florestais, Aparício Nunes Noronha, o supervisor dos Recursos Naturais Renováveis da Secretaria da Agricultura, Flávio Assunção e o coordenador da Unidade de Florestamento, Francisco Assis Marimon.

Getúlio Marcantônio disse que, com a aprovação do Distrito Florestal, o primeiro do Rio Grande do Sul, fica aberto o caminho para a arrancada do reflorestamento estadual. Nosso Estado — disse o secretário — poderá absorver boa parcela dos incentivos fiscais, através do Fundo e procurar o revigoramento de um setor econômico que está em fase de esgotamento; o aproveitamento industrial da madeira. Disse também que além de criar novas riquezas o Distrito Florestal vai restabelecer parte da paisagem arbórea rio-grandense e criar ocupação para cerca de 10 mil pessoas no primeiro decênio.

DIMENSÕES DO DISTRITO

O secretário da Agricultura informou que a área do Distrito Florestal abrange 114 municípios do Estado, para florestar 5.430.000 hectares.

O Distrito abrangerá áreas nas regiões do Litoral, Depressão Central, Serra do Sudeste, Encosta do Sudeste, Campos de Cima da Serra, Encosta Inferior do Nordeste, Encosta Superior do Nordeste. O Distrito tem três grandes centros ou pólos madeirei-

ros: a Grande Porto Alegre, a região de Caxias do Sul e a Zona Sul (potencial) constituída pelos municípios de Rio Grande e Pelotas.

O Distrito Florestal se orientará pelo Programa Nacional de Papel e Celulose, aprovado pelo presidente Geisel, em 4.12.74 e que prevê a criação de 12 Distritos em todo o País, orientados pelo IBDF.

Nos primeiros 10 anos, o Distrito Florestal do Estado terá o plantio de 400 milhões de árvores.

INCENTIVOS FISCAIS

O Secretário disse que, com o advento da lei dos incentivos fiscais, São Paulo florestou 730 mil hectares, Paraná 245 mil, Santa Catarina 121 e Rio Grande do Sul 64 mil hectares. Isto prova que a grande quantidade dos incentivos recolhidos no Rio Grande do Sul é enviada para outros Estados.

Por essa razão, o secretário da Agricultura aproveitou a oportunidade para fazer um apelo às empresas gaúchas no sentido de que optem por projetos de reflorestamento do Rio Grande do Sul. O presidente da Associação Brasileira de Empresas de Reflorestamento, Aparício Nunes Noronha, congratulou-se com o secretário pela aprovação do Distrito Florestal gaúcho e disse que o grande problema enfrentado para o reflorestamento do País tem sido a falta de recursos para atender todos os projetos. Disse não se justificar a posição ocupada pelo Rio Grande do Sul, que tem larga tradição florestal. Acentuou que os investimentos gaúchos nas regiões norte e nordeste são duas ou três vezes superiores aos feitos aqui no Estado para o reflorestamento. Disse também que uma das medidas a serem pleiteadas é a não redução das percentagens de incentivos para aplicação no reflorestamento. O delegado do IBDF, Júlio César Correa, também manifestou seu regozijo pela aprovação do Distrito Florestal.

INSCRIÇÕES NO IMERAB

O diretor do Instituto "Assis Brasil, de Ijuí, comunica que as inscrições para os cursos Técnico em Agricultura, Técnico em Pecuária, Técnico em Agropecuária e Técnico em Economia Doméstica, com início em março de 1976, ocorrerão da seguinte forma:

Período de inscrições: até 16 de dezembro, das 7,30 às 17,00 horas, na secretaria do Instituto, mediante as seguintes exigências:

Certidão de Registro de Nascimento; prova de conclusão do 1º grau e uma foto 3 x 4. Maiores informações serão fornecidas na secretaria do Instituto "Assis Brasil" de Ijuí, ou pela Caixa Postal 269.

TÉCNICOS

VEJA COMO APROVEITAR MELHOR O CALCÁRIO NA CORREÇÃO DO SOLO

A modernização na agricultura com vistas ao aumento da produtividade no sentido chamado vertical, isto é: produzir mais no mesmo espaço de lavoura disponível, requer o uso adequado de toda a tecnologia posta hoje à disposição do agricultor. Uma dessas tecnologias, é a correção do solo. Correção do solo é a neutralização da acidez que existe na terra (pH) até um índice que é variável, de acordo com as diferentes culturas, mas que em princípio pode se fixar entre 6 e 6,5.

Falamos neste espaço sobre calcário e a correção do solo, tendo por base trabalho elaborado pela Universidade do Rio Grande do Sul, num estudo patrocinado pela COTRIJUI e do qual participaram os professores Marino J. Tedesco, José G. Stammel e Egon J. Meurer, do Departamento de Solos e o eng. agr. Nedy Rodrigues Borges, diretor do Departamento Técnico da cooperativa.

De início, constatamos que o calcário produzido no Brasil, no nosso caso, o Rio Grande do Sul, é entregue para o consumidor final, ensacado, o que é fator de encarecimento do produto. Observação feita pelos referidos técnicos nos Estados Unidos, já analisados há tempo pelo COTRIJORNAL, prova a eficácia do calcário estocado ao ar livre, a granel, com excessão do calcário fino, aquele com teor de neutralização superior a 90 por cento. Quanto as categorias de calcário com PRNT (poder relativo de neutralização total) entre 60 e 89 por cento, estes devem ser estocados ao ar livre, onde podem permanecer, sem nenhum problema para a qualidade, por período de até seis meses, pois a erosão hídrica é completamente desprezível.

Durante a ocorrência das chuvas, o próprio calcário forma uma camada (crosta) superficial que impede a penetração da umidade para o interior. E no futuro quando lançado na terra, até mesmo esta camada é aproveitada. Pois com a ação do sol e do vento, esbora-se, enterrando ao solo.

APLICAÇÃO

A aplicação do calcário é muito importante para seu real e efetivo aproveitamento. Para ficar bem incorporado no solo, o calcário deve ser colocado através da lavração a uma profundidade de 15 a 20 centímetros. O que quer dizer que a lavração do solo calcariado é de extrema importância. Alguns agricultores pensam que basta passar o pé-de-pato ou gradear as lavouras para que o calcário se introduza no solo. Mesmo em lavouras absolutamente planas, onde não haja perigo de evasão do produto com as chuvas, basta o vento que bate na superfície para carregar parte do calcário, exposto sobre o solo. Após a aplicação do calcário, se fez necessária uma boa lavração e duas gradeações, a primeira delas com grade pesada, e a outra leve.

QUANTIDADE

Ocorrem muitas dúvidas a respeito da quantidade de calcário a ser aplicada no solo. Em primeiro lugar, o que vai determinar essa quantidade é a análise química do solo, que tem de ser providenciada pelo agricultor. As vezes ocorre que a análise é falha devido a amostragem incorreta do solo. Os erros mais comuns são:

1 - Mistura de dois ou mais tipos de solo em uma única amostra; 2 - Raspagem do terreno deixando a amostra sem a camada superficial; 3 - Retirada de sub-amostra em locais de manchas de alta acidez; 4 - Formação de amostra deficiente com coleta de terra em apenas dois ou três lugares ao em vez de oito a dez lugares.

ÉPOCA

Outro problema que pode trazer sérias consequências. As vezes o agricultor começa a se preocupar muito tarde com a aplicação do calcário. O procedimento correto é o seguinte:

- Retirada de amostra do solo para análise, o quando antes possível. Mas essa retirada não deve confundir-se com a aplicação de adubo na lavoura, pois vai complicar a análise. No mínimo, dois

meses após a aplicação do adubo, a amostra deve ser retirada.

Retirada a amostra do solo deve ser enviada imediatamente à COTRIJUI para encaminhamento ao laboratório. Após o recebimento do resultado, encaminhar proposta de financiamento. Essa proposta dará origem à elaboração de um projeto técnico chamado PROCAL. Esse projeto tem o prazo de cinco anos, com dois anos de carência e sem juros.

PROCAL

Procedidas essas demarches, o agricultor estará apto para receber o calcário. Mas é fundamentalmente importante que seja programada a aplicação para o próximo ano. Essas providências todas exigem largo tempo para se completarem bem. Alguns agricultores pretendem realizar todo esse processo entre a colheita de uma safra e já usar o calcário no plantio da safra seguinte. Isso é humanamente impossível.

UM NOVO LEITE SABOROSO É NUTRITIVO? É DE SOJA

A Secretaria da Agricultura do estado de São Paulo apresentou à imprensa no dia 10 de novembro último, o leite de soja. O produto, que segundo as pesquisas é mais nutritivo do que o leite de vaca, pelo menos em São Paulo já é produzido em escala comercial a um preço 50 por cento menos do que seu similar animal.

Desenvolvido em Campinas pelo Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), o leite recebeu a denominação de "Vital". Segundo os técnicos do instituto campineiro, o produto vai ser a solução para as necessidades alimentares das crianças e de gestantes de menor poder aquisitivo.

Com um quilo de soja podem ser obtidos 7,5 litros de leite a razão de mil litros por hora de produção, segundo a técnica desenvolvida em Campinas. O ITAL desenvolveu inclusive embalagens especiais de alumínio e papel de 250 mililitros, que garantem a mais absoluta assepsia ao produto a ser consumido.

Segundo foi anunciado anteriormente os técnicos do ITAL já descobriram vários produtos alimentícios a partir da soja e do milho. Vital bolacha, macarrão enriquecido, flocos de banana, polenta enriquecida com soja e agora o leite de soja, que vem coroar o esforço científico dos especialistas do ITAL.

PREÇOS MÍNIMOS

O Ministério da Agricultura, através da Comissão de Financiamento da Produção, fixou os preços mínimos para os produtos agrícolas seguintes, a vigorar nas respectivas safras de 1976, todos com os pesos de 60 quilos:

Feijão preto	Cr\$ 122,40
Feijão roxo	Cr\$ 171,60
Feijão de cores	Cr\$ 48,00
Sorgo	Cr\$ 48,00
Soja	Cr\$ 75,00

Ainda segundo adverte a Comissão de Financiamento de Produção, os preços relacionados variam de acordo com a qualidade do produto e da região onde foi plantado.

PENSE ALTO!
AJA COM GRANDEZA!
DESTAQUE-SE!
ANUNCIE NO



COTRIJORNAL

JORNAL REVISTA

COTRIJORNAL



OBSERVARAM COOPERATIVISMO DAQUI AUTORIDADES E TÉCNICOS DA BAHIA

Um grupo de produtores cooperativistas da Bahia, região de Irecê, inclusive o prefeito daquele município do sertão baiano, sr. Ineny N. Dourado, esteve de 11 a 14 de novembro último em Ijuí, observando o trabalho que vem sendo realizado pela COTRIJUI.

Os visitantes, que vieram acompanhados pelo eng. agr. Joao Antonio Leite, da Comissão de Comercialização do Trigo (CTRIN), de Porto Alegre, eram srs. Enzo Ferroni, presidente da Cooperativa Agrícola Mista Irecê Ltda.; Luis Mário Dourado, vice-presidente; Evilásio Bastos Chaves, contador; Roque José de Brito, gerente do Banco do Brasil (agência Irecê); os agrônomos Joacy N. Dourado e Wilson A. Nunes, além do prefeito Ineny N. Dourado, que fez questão de dizer que não viajara na

condição de prefeito mas sim de engenheiro-agrônomo e produtor rural.

Durante os diversos contatos mantidos pelos cooperativistas baianos com técnicos e diretores da COTRIJUI, demonstraram o máximo de entusiasmo pelo que aqui se faz nos setores da produção, assistência técnica e creditícia e na comercialização dos produtos dos associados, observando ainda que procuram aplicar no seu Estado todas as técnicas e serviços de serem transplataados para lá.

COTRIJUI EM IRECÊ

A convite do sr. Humberto Garófalo, diretor da Comissão da Comercialização do Trigo do Banco do Brasil — CTRIN — os diretores presidente e vice-presidente da COTRIJUI haviam estado na Bahia, visitando a região de Irecê. O diretor da CTRIN



Os visitantes baianos no parque de armazéns da COTRIJUI.

que fora diretor do CONDEPE (Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária) estimulou a plantação de grandes pastagens naquela re-

gião do sertão baiano. Foi essa viagem motivada pelo diretor da CTRIN que originou a vinda das autoridades e cooperativistas baianos à nos-

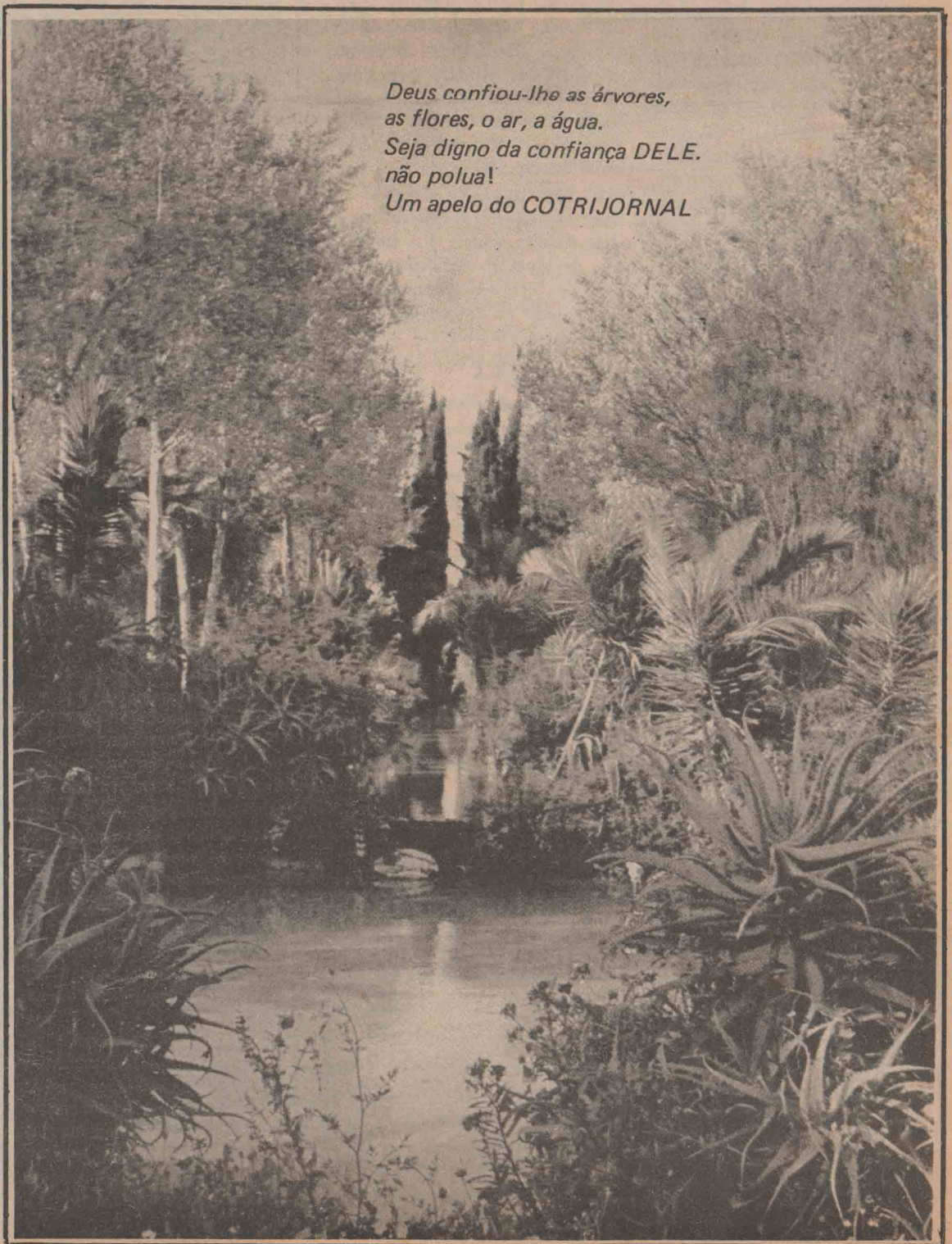
sa região, no que poderá se constituir num intercâmbio proveitoso para a disseminação da filosofia cooperativista brasileira.

BNCC DESTINA 79 MILHÕES PARA COOPERATIVAS

Em reuniões realizadas durante o mês de outubro, a diretoria do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, — BNCC, — deferiu Créditos no valor global de Cr\$ 79.030.682,58 a cooperativas do Paraná, São Paulo, Pará, Pernambuco, Bahia, Piauí, Minas, Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Espírito Santo e Rio de Janeiro, conforme quadro demonstrativo seguinte: Laticínios Curitiba, Paraná, desconto de duplicatas Cr\$ 650 mil; Avícola Msita Progresso, São Paulo, aquisição de insumos Cr\$ 1.500 mil; Agrícola Mista Paraense, Pará, aquisição de veículos Cr\$ 1.316 mil cruzeiros; Proprietários de Granjas de Pernambuco, aquisição de milho para fornecimento Cr\$ 587.836,00; Mista Agrícola de Treze, Bahia, desconto de nota promissória Cr\$ 1.000.000,00; Mista Agropecuária Palmense, Paraná aquisição de veículo Cr\$ 91.000,00; Crédito Rural de Limoeira, Pernambuco, aquisição de matrizes e outros investimentos Cr\$ 1.000.000,00; Agropecuária de Parnaíba, Piauí, integralização de capital Cr\$ 300.000,00; Agropecuária de Camocim de S. Felix, Pernambuco, construção de açudes, Cr\$ 200.000,00; Agrícola Mista Paraense, Pará, aquisição de tratores Cr\$ 1.188.427,58; Regional Produtores de Leite de Sete Lagoas, Minas Gerais, fornecimento aos associados, Cr\$ 1.000.000,00; Mista Agropecuária Palmense, Paraná, integralização de capital Cr\$ 2.000.000,00; Agrícola Patruilhense, Rio Grande do Sul, ampliação de faixa desconto Cr\$ 2.500.000,00; Agropecuária de Altinho, Pernambuco, aquisição de matrizes e outros investimentos Cr\$ 937.000,00; Agrícola Mista Paraense, Pará, custeio para industrialização Cr\$ 349.301,60; Agrícola Mista Paraense, Pará, aquisição de fertilizantes, Cr\$ 1.565.523,40; Agrícola Mista Paraense, Pará, aquisição de adubos orgânicos Cr\$ 470.000,00; Agrícola de Cotia — Coop. Central Paraná, pré-comercialização Cr\$ 500.000,00; Laticínios Curitiba, Para-

ná, ampliação de faixa desconto Cr\$ 1.650.000,00; Produção e Consumo Concórdia, Santa Catarina, custeio Cr\$ 217.000,00; Agropecuária Camocim de São Felix, Pernambuco aquisição de equipamentos Cr\$ 318.710,00; Agropecuária São Gonçalo do Sapucaí, Minas Gerais, fronecimento aos associados Cr\$ 2.000.000,00; Produção Rural de Itumbiara, Goiás, desconto nota promissória Cr\$ 500.000,00; Agrária Cafeicultores São Gabirel, Espírito Santo, investimento para formação de capital Cr\$ 362.856,00; Triticola Produtores Cruzaltenses, Rio Grande do Sul, aquisição de veículos Cr\$ 353.000,00; Vinícola Aurora, Rio Grande do Sul, desconto nota promissória Cr\$ 200.000,00; Agrícola Mista Zona Mirandópolis, São Paulo aquisição de insumos Cr\$ 300.000,00; Rizicola Santo Antonio, Rio Grande do Sul, ampliação de faixa desconto Cr\$ 2.000.000,00; Agropecuária Videirense, Santa Catarina, aquisição de fertilizantes Cr\$ 2.000.000,00; Central Produtores de Leite, Rio de Janeiro.

Aquisição de veículos Cr\$ 7.600.000,00; Triticola Agropastoril Giruá, Rio Grande do Sul, aquisição de veículos Cr\$ 1.930.000,00; Regional Agrícola Mista Cambará, Paraná, aquisição de insumos Cr\$ 545.000,00; Laticínios Vale do Paranapanema, São Paulo, construções Cr\$ 700.000,00; Regional Alfa, Rio Grande do Sul, aquisição de fertilizantes Cr\$ 3.400.000,00; Agropecuária Caxiense, Rio Grande do Sul, aquisição de equipamentos Cr\$ 900.000,00; Eletrificação Rural de Ijuí, Rio Grande do Sul, concessão de faixa desconto Cr\$ 300.000,00; Triticola Santa Bárbara do Sul, Rio Grande do Sul, concessão de faixa desconto Cr\$ 2.000.000,00; Triticola Regional São Luizense, Rio Grande do Sul, ampliação de faixa desconto Cr\$ 3.000.000,00; Agrícola Vale do Taquari, Rio Grande do Sul, aquisição de insumos Cr\$ 650.000,00.



*Deus confiou-lhe as árvores,
as flores, o ar, a água.
Seja digno da confiança DELE.
não polua!
Um apelo do COTRIJORNAL*